



Gerência-Geral de Administração

EDITAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL				
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - MAPA				
EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa				
Pregão Eletrônico nº 90.002/2026 - Embrapa Sede				
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Independente.				
CRITÉRIO DE JULGAMENTO (X) Menor Preço () Maior Percentual de Desconto			MODO DE DISPUTA () ABERTO (X) ABERTO E FECHADO	
Data de Abertura: 25/03/2026 às 09:00 sítio www.gov.br/compras .				
Valor total estimado: Sigiloso, observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016 e RLLC.				
DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS As despesas para atender a esta licitação, no presente exercício, estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Embrapa para o exercício de 2026, na classificação abaixo: Gestão/Unidade:135046 Fonte: 1000000000 Programa de Trabalho: 229471 Elemento de Despesa: 339035 Pl: Gestão				
Vistoria	Instrumento de Contratação	Forma de Adjudicação	DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	
Sim () Não (X)	Anexo IV	Por item () Por Lotes (X) Preço Global ()	Requisitos Básicos: Item 8 do Edital	() Haverá inversão de fases (habilitação antes da apresentação das propostas e lances)? Requisitos Específicos: - Atestado de Capacidade Técnica Demais (Veja Termo de Referência)*
Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?	Prazo para envio da proposta/documentação adequada ao último lance ofertado
Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Sim () Não (X)	Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos		Impugnações		
Até 3 (três) dias, úteis, anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, para o endereço eletrônico: compras.sede@embrapa.br , com cópia para grazielle.marques@embrapa.br .		Até 3 (três) dias, úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública para o endereço o endereço eletrônico: compras.sede@embrapa.br , com cópia para grazielle.marques@embrapa.br .		

DAS PROPOSTAS

PRAZO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS SERÁ DE 90 (noventa) DIAS a contar da sua apresentação.

1. Após a conclusão do processo licitatório, com a homologação e adjudicação do objeto ao vencedor, a Embrapa somente contratará se houver disponibilidade financeira para arcar com as despesas contratuais, no exercício em curso. Caso, por razões de contingenciamento orçamentário, que afetem o planejamento orçamentário anual realizado, após a homologação e adjudicação do objeto não for possível empenho dos valores contratuais durante o prazo de validade das propostas, a Embrapa adotará os seguintes procedimentos, quando da disponibilidade financeira:

a) Consulta ao adjudicatário sobre o interesse em manter sua proposta e as demais condições licitadas, para efetiva contratação;

b) Caso o adjudicatário não manifeste interesse na manutenção de sua proposta, a Embrapa convocará os demais licitantes, na forma do inciso I do §2º do artigo 75 da Lei 13.303/2016, segundo a ordem de classificação, para, se quiserem, assumam as condições da proposta vencedora, para efetiva contratação;

2. Por imposição de novas circunstâncias orçamentárias, em decorrência de ações de contingenciamento impostas pelo Governo Federal, a Embrapa poderá reduzir o escopo das contratações (redução quantitativa), desde que não afete as condições de habilitação e demais condições vinculadas à igualdade, economicidade e publicidade do certame.

3. Sendo o caso de redução quantitativa do objeto, a negociação prevista nos itens anteriores deverá observar essa circunstância.

4. Em todos os casos, caso entre a data de apresentação da proposta vencedora da licitação e a efetiva contratação, decorra tempo superior a 12 (doze) meses, os valores da proposta poderão ser reajustados pelo IPCA, caso outro índice não tenha sido indicado no Edital e seus anexos.

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, por meio de sua Unidade: **EMBRAPA-SEDE**, sediado(a) P, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (**menor preço**) (por item, lote), nos termos da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016), da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, hoje, Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - Norma 037.011.003.001, aprovada pela Resolução do Conselho de Administração da Embrapa - RC nº 277, de 21/3/2024 e Publicado no D.O.U, em 22/04/2024, e no Boletim de Comunicações Administrativas - BCA Nº nº 16, de 28/03/2024, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da Internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, disponível no site www.gov.br/compras.

1.2. Os licitantes ou seus representantes legais deverão estar previamente credenciados junto ao órgão provedor do sistema eletrônico antes da data de realização do pregão, na forma da Instrução Normativa nº 3 de 26 de junho de 2018, do então Secretário de Gestão do Ministério da Economia.

1.3. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

1.4. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no site www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

1.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

1.6. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

1.7. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1.8. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Independente, de acordo com as especificações técnicas, condições, quantidades e padrões de desempenho e qualidade estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I).

2.2. Os itens, se for o caso, destinados à participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, estarão identificados no Termo de Referência.

2.3. Em caso de discrepância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras do governo federal (site www.gov.br/compras) e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

3.2. Não poderão participar as pessoas, físicas ou jurídicas, que tenham sofrido:

a) penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

b) penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;

c) penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;

d) penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992;

3.3. Para os fins desta licitação, os impedimentos referidos neste Edital serão verificados perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Executivo Federal, e outros sistemas cadastrais pertinentes, que sejam desenvolvidos e estejam à disposição para consulta, conforme o caso.

3.4. Também estarão impedidas de participar da Licitação empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

3.5. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando da presente licitação;

3.6. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

3.8. A participação de cooperativas na presente licitação:

a) Será admitida (_X_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.9. Também não poderão participar entidades empresariais estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e que não apresentem condições de habilitação semelhantes às exigidas para licitantes nacionais, segundo as formalidades da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018.

3.10. A participação de empresas reunidas em consórcio:

a) Será admitida (_X_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

b) Não será admitida (_), conforme justificativa constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.1. Em caso de possibilidade de participação de consórcio deverão ser observados os seguintes requisitos:

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução de contrato;

3.10.2. Antes da celebração do contrato, o Licitante vencedor deve promover a constituição e o registro do consórcio nos termos do compromisso público ou particular de constituição de consórcio.

3.10.2.1. Encerrado o certame, a Embrapa estabelecerá prazo, por meio de notificação, para que o Licitante vencedor comprove a constituição e o registro do consórcio, admitida a possibilidade de prorrogação mediante apresentação de justificativa.

3.10.2.2. O empenho e a formalização de contrato ocorrerão em conformidade com o que dispõe o Termo de Compromisso, podendo ocorrer em nome da empresa Líder ou em nome de cada consorciada com a indicação do nome do consórcio a que elas pertencem.

3.10.2.3. Caso o termo de compromisso defina de forma individualizada a participação de cada consorciada, o empenho deverá ser proporcional ao percentual ali indicado.

3.10.3. Esta Licitação:

a) não estabelece limite máximo de empresas consorciadas (X), conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

b) estabelece o limite máximo de até ____ (____) empresas consorciadas, conforme justificativa da autoridade competente constante do processo administrativo da presente licitação.

3.10.4. Em caso de substituição do consorciado, esta deverá ser expressamente autorizada pela Embrapa e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio neste processo licitatório.

3.11. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.12. Este pregão é de âmbito nacional.

3.13. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.13.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

a) nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

b) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.13.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

3.13.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

3.13.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.13.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.13.6. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.13.7. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.13.8. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, se for o caso.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, ART. 18).

4.1.1. Os documentos de habilitação serão exigidos somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante vencedor.

4.1.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, sem prejuízo da exigência de outras declarações previstas em legislação específica, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital de licitação.

4.4.1. A falsidade desta declaração sujeitará o licitante às sanções previstas no Regulamento de Licitações, Contratos e Convênio da Embrapa.

4.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação, na hipótese de inversão de fase, anteriormente inseridos no sistema.

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de que trata o Capítulo VII da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

4.7. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de proposta, após a fase de envio de lances.

4.8. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas que trata o § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022, prorrogável por igual período.

4.8.1. A prorrogação de que trata este item, poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo pregoeiro; ou

II - de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário ou desconto e valor mensal e anual do item, conforme o caso;

b) marca, se for o caso;

c) Fabricante, se for o caso;

d) Quantidade cotada, se for o caso;

e) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

5.3. O prazo de validade das propostas será de 90 (noventa) dias, contados da data prevista para abertura da sessão, podendo vir a ser prorrogado mediante solicitação da **Embrapa** e aceitação do licitante.

5.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O licitante deverá declarar, para cada item, em campo próprio do sistema de compras do governo federal (sítio www.gov.br/compras), se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

5.7. A licitante, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratada, tendo em vista o objeto da presente licitação, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

6. DO PROCESSAMENTO DO PREGÃO ELETRÔNICO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que identifiquem o licitante, que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes, vedada outra forma de comunicação.

6.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.8. O lance deverá ser ofertado considerando o critério de julgamento definido no presente edital.

6.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

6.11. Observado o disposto no item 6.10, o licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, nos termos dos arts. 33 e 34 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

6.12. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter

competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.12.1 Eventual exclusão de proposta do licitante, de que trata este item, implica a retirada do licitante do certame, sem prejuízo do direito de defesa.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto"

6.18. Caso a licitação ocorra pelo modo de disputa aberto, os procedimentos da etapa de lances serão os seguintes:

6.19. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 100,00 (cem).

6.20. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.21. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.22. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances da seguinte forma:

a) Ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

b) Ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

6.23. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.23.1. Após o reinício previsto neste item, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.23.2. Encerrada a etapa de que trata o item 6.23.1, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "aberto e fechado"

6.24. Caso seja adotado o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, considerando os seguintes procedimentos:

6.25. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.26. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.27. No procedimento de que trata o item 6.26., o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.28. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no item 6.27.

6.29. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem constante do item 6.22.

Envio de Lances no modo de disputa "fechado e aberto"

6.30. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/menor percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.31. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.30, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.32. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.33. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.34. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, conforme disposto no item 6.22.

6.35. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.36. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

6.37. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo o disposto no item 6.22 .

Direito de Preferência para microempresas e empresas de pequeno porte

6.38. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro deverá verificar a ocorrência de empate ficto em favor de microempresa ou empresa de pequeno porte, assegurando, se for o caso, o direito de preferência, observando-se o seguinte:

a) o empate ficto ocorrerá quando as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço;

b) ocorrendo o empate, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, poderá, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências de habilitação, deve ser adjudicado o objeto em seu favor.

c) caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na alínea anterior.

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, deve ser realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro pode apresentar melhor oferta.

6.39. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, deixe de apresentar, no prazo citado, nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame ou apresente proposta de preço inaceitável ou deixe de atender às exigências de habilitação, o pregoeiro convocará, dentre as empresas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 6.38., na ordem classificatória, a próxima microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada para o exercício do mesmo direito de preferência.

6.40. O procedimento previsto no subitem 6.38. será adotado, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital ou até que não haja microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadre na hipótese do subitem 6.38.

6.41. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens 6.38. e 6.39., o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que sua proposta seja aceitável e ele apresente os documentos de habilitação, tudo de acordo com o presente Edital.

6.42. O disposto no subitem 6.38. somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Direito de Preferência - art. 3º da Lei nº 8.248/1991

6.43. Para a aquisição de bens comuns de informática e automação, definidos no art. 16-A da Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência previsto no seu artigo 3º, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

6.44. Nas contratações de bens e serviços de informática e automação, nos termos da Lei nº 8.248, de 1991, as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.45. Para produtos abrangidos por margem de preferência, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto manufaturado nacional, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos manufaturados nacionais que estão enquadradas dentro da referida margem, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.46. Nesta situação, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

Critério de Desempate

6.47. Após a etapa de envio de lances ou caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva, caso aconteça empate, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no Art. 55, da Lei nº 13.303/2016, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

6.48. Na hipótese de necessidade de sorteio, as licitantes serão comunicadas e convocadas para o ato público em data, hora e local informados pelo pregoeiro no sistema eletrônico, sendo que a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

Da Negociação da Proposta

6.49. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.49.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.49.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado ou inferior ao desconto definido para a contratação.

6.50. O valor global da proposta, após a negociação, não poderá superar o orçamento estimado pela **Embrapa**, sob pena de desclassificação do licitante.

6.51. Se, depois de adotada a providência referida no item 6.49.2, não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação (§3º do art. 57 da Lei nº 13.303/2016).

6.52. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.53. Observado o prazo de que trata o item 4.8 acima, o pregoeiro deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

Envio da Proposta Final

6.54. Encerrada a etapa de lances, se a proposta atender aos critérios de aceitabilidade de preços, o licitante detentor da melhor oferta, após solicitação do pregoeiro, encaminhará no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, na forma do § 2º do artigo 29 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, por meio da funcionalidade "enviar anexo" presente no sistema eletrônico, a PROPOSTA FINAL e, se necessário, os documentos complementares, decomposta em Planilha de Preços, conforme modelo anexo ao presente Edital, com os preços adequados ao seu último valor ofertado.

6.55. Em caráter de diligência, os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema de compras do governo federal poderão ser solicitados, devendo o novo envio ocorrer em original, por cópia autenticada **ou digitalizados, conforme os parâmetros estabelecidos pelo artigo 5º do Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**, a qualquer momento. Nesse caso, os documentos deverão ser encaminhados, no prazo e no endereço indicados pelo Pregoeiro.

6.56. No caso de licitações em que o procedimento exija apresentação de planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), esta deverá ser encaminhada pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora. (art. 31 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.57. Caso a proposta do licitante vencedor não atenda ao quantitativo total estimado para a contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora. (art. 32 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

6.58. É de responsabilidade do licitante confirmar, junto à Embrapa, o recebimento dos documentos de habilitação e proposta final, não cabendo à Embrapa a responsabilidade pelo desconhecimento de tais informações.

7. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, observado o disposto nos itens a seguir, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

7.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.2.1. conter vícios insanáveis;

7.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.3. O pregoeiro poderá desclassificar as propostas que apresentem preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que, comprovadamente, forem insuficientes para a cobertura dos custos decorrentes da contratação pretendida.

7.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracterizará motivo suficiente para a desclassificação da proposta.

7.5. A análise de exequibilidade da proposta não deverá considerar materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

7.6. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade ou qualquer outro aspecto da proposta.

7.7. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 70% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração (art. 56, §3º da Lei nº 13.303/2016).

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 34 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata este item, só será considerada após diligência do pregoeiro que comprove:

- I - que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II - inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. O pregoeiro poderá exigir do licitante a demonstração da exequibilidade da sua proposta, podendo para tanto e conforme o caso adotar os procedimentos mais adequados, tais como:

- a) Requerer a apresentação de acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas em dissídios coletivos de trabalho;
- b) Solicitar informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;
- c) Realizar consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- d) Realizar pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- e) Realizar verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;
- f) Realizar pesquisa de preço com agentes econômicos dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- g) Realizar a verificação de notas fiscais dos produtos cotados na proposta e anteriormente adquiridos pelo proponente;
- h) Realizar o levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- i) Realizar ou consultar estudos setoriais;
- j) Realizar consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- k) Realizar a análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o licitante disponha para a prestação dos serviços.

7.10. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata. (art. 43 da IN SEGES Nº 73/2022)

7.11. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2h (duas horas), sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Se a proposta do licitante vencedor da etapa competitiva de lances não for aceitável, o pregoeiro examinará as propostas subsequentes, na ordem de classificação, verificando o seu atendimento até a apuração de uma proposta que atenda os termos do Edital e desta verificando as condições de habilitação. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

7.13. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no Art. 154 da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022, em razão do disposto no art. 159, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.14. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, exame de conformidade ou prova de conceito, entre outros testes de interesse da Embrapa, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro do prazo estabelecido no Termo de Referência.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras ou outros testes, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade definidos no Termos de Referência.

7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada. O mesmo se aplica em caso de reprovação no exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa.

7.19. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s) ou se houver reprovação do exame de conformidade, prova de conceito e outros testes de interesse da Embrapa, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a ocorrência de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.20. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

7.21. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo e no local definido no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

7.22. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.23. Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional, nos termos dos respectivos Decretos regulamentares.

7.24. O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7.25. Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.26. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.27. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.28. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123,

de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.29. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. HABILITAÇÃO

Consulta a Cadastros

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF

b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

c) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

Disposições Gerais sobre a Habilitação

8.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica e à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

8.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará na inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.5.4. A verificação pelo pregoeiro em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.5.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema quando solicitado pelo pregoeiro até a conclusão da fase da habilitação.(art. 39, §1º Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022)

8.5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.6. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.7. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.8. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, será observado o disposto nos subitens 3.10, 8.26 e 8.27.6 deste edital.

8.9. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder as fases de envio de lances e de julgamento.

8.9.1. Na hipótese de inversão de fase referida neste item, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.9.2. Após o encerramento da fase de habilitação, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.(art. 39, §3º da IN 73/2022)

8.11. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo de, 02 (duas) horas , prorrogável por igual período, nas mesmas situações elencadas no item 4.8.1 deste Edital. (art. 39,§ 5º, IN 73/2022)

8.13. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, na forma estabelecida no item 11 deste Edital.

8.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação, observado o prazo disposto no § 2º do art. 29 da Instrução Normativa SEGES/ME 73/2022.

8.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação dos licitantes convocados para a apresentação da documentação habilitatória, após concluídos os procedimentos de que trata o item 8.13 deste Edital.

8.16. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.17. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.18. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante da matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Habilitação Jurídica

8.19. Serão exigidos os seguintes documentos para a habilitação jurídica:

- 8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.19.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 8.19.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, nos termos do art. 4º, §2º Decreto nº 10.880 de 02/12/2021.
- 8.19.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 2110, de 17/10/2022.
- 8.19.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização (Instrução Normativa SEGES Nº 03/2018);
- 8.19.10. No caso de exercício de atividade regulamentada, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, conforme legislação pertinente, conforme e exigências descritas no Termo de Referência.
- 8.19.11. Declaração de inexistência de fatos impeditivos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016, conforme modelo constante de anexo do presente Edital;

8.20. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectivas, quando houver.

Habilitação Técnica

8.21. Serão exigidos os seguintes documentos para verificação da capacidade técnica:

- a) no mínimo, 01 (um) atestado, em nome da interessada, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, referente à execução satisfatória, compatível com o seguinte requisito: **Prestação de serviços de Auditoria Independente**;
- b) além do atestado, outros requisitos poderão estar definidos no Termo de Referência, com vistas ao estabelecimento de parâmetros objetivos para análise da comprovação (atestados de capacidade técnico-operacional) de que a licitante já tenha fornecido bens pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

8.22. É permitido o somatório de quantitativos havidos em mais de um atestado.

8.23. É permitida a apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos em nome de outra empresa da qual a licitante seja subsidiária integral e/ou de subsidiária integral pertencente a licitante, desde que pertencente à mesma atividade econômica;

8.24. Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou, tratando-se de prestação de serviços contínuos, se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

8.25. Os atestados deverão conter nome, endereço, telefone de contato do atestador ou qualquer outro meio que permita à Embrapa manter contato com a sociedade atestante.

8.26. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado.

Qualificação Econômica-Financeira

8.27. Para demonstração da Qualificação Econômica-Financeira, será exigida a seguinte documentação:

- 8.27.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 8.27.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
 - 8.27.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
 - 8.27.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
 - 8.27.2.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.
 - 8.27.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- 8.27.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

8.27.4. As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.27.5. Caso a licitante que apresente resultado igual ou menor que 1(um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômica-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o licitante optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

8.27.6. Em se tratando de consórcio, caso permitida a sua participação, o valor exigido para efeito de habilitação econômico-financeira:

- a) será acrescido em 10% (dez por cento) sobre o valor exigido para efeito de habilitação (X);
- b) não haverá acréscimo em relação ao valor exigido de licitante individual, em virtude da justificativa constante do processo administrativo da presente licitação. ()

8.27.6.1. Para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.27.6.2. O acréscimo de que trata este subitem não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresa e pequenas empresas, assim definidas em lei.

8.28. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste edital.

8.29. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

8.30. Para aplicação do disposto no item 8.29, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

8.31. A prorrogação do prazo constante do item 8.29 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado da licitante.

8.32. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.33. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, o pregoeiro considerará o licitante inabilitado, devendo instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis penalidades.

8.33.1. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, o pregoeiro poderá conceder prazo razoável para o saneamento da falha. (Acórdão TCU 988/2022 - Plenário)

8.33.2. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de licitantes, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, o pregoeiro e sua equipe de apoio poderão suprimi-las por meio de diligências.

8.33.3. As falhas, erros ou omissões tratadas neste dispositivo deverão ser resolvidas em, no máximo, 2 (duas) horas após notificação ao licitante.

Regularidade Fiscal

8.34. Para verificação da regularidade fiscal, serão exigidos, exclusivamente:

- a) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- b) prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9. RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

9.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no subitem 4.1.2 deste Edital, da ata de julgamento. (§ 1º do artigo 59 da Lei 13.303/2016)

9.3. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.4. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.5. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

9.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. ERROS OU FALHAS

11.1. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

11.2. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o **item anterior**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

() Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

(X) Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

13. DA CONTRATAÇÃO

13.1. Quando a Embrapa convocar o licitante com preço mais bem classificado para assinatura do Contrato, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

13.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou a ata de registro de preços, ou instrumento equivalente, nas condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

14. PENALIDADES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou entregar em desconformidade ao Edital, mesmo após prazo conferido para correção das inconsistências ou os defeitos constatados (redação do RLCC)

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.5. fraudar a licitação;

14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

14.2. A Embrapa poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. multa;

14.2.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa por prazo não superior a 2 (dois) anos.

14.3. A multa será recolhida em percentual de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 **(quinze) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa poderá ser aplicada, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.5. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Embrapa, pelo prazo máximo de 1 (um) ano.

14.6. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Embrapa será aplicada ao responsável em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8, pelo prazo de 2(dois) anos.

14.7. Qualquer conduta não prevista no item 14.1 deste Edital e que seja sujeita à aplicação da penalidade prevista no inciso III do art. 83 da Lei nº 13.303/2016, seguirá a dosimetria estabelecida nos itens 14.12 a 14.24 deste Edital.

14.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Embrapa, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

14.9. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações previstas neste item do edital, o pregoeiro ou o presidente da comissão de licitação adotará o seguinte procedimento:

14.9.1. Notificará o licitante, no prazo máximo de 2 dias úteis a contar da identificação do evento, sobre a ocorrência dos fatos identificados e da possível infração, solicitando manifestação prévia sobre os motivos de sua ocorrência e eventuais alegações, por meio do sistema ou por outro meio que garanta o conhecimento de sua recepção;

14.9.2. Após manifestação do licitante, o pregoeiro ou presidente da comissão de licitação reduzirá os fatos e as circunstâncias em relatório, manifestando-se sobre possível ocorrência ou não de infração;

14.9.3. Caso o pregoeiro ou comissão de licitação conclua pela ocorrência da infração, encaminhará o relatório e demais documentos pertinentes à autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede), que decidirá, justificadamente, sobre a abertura de Processo Administrativo de Apuração - PAA, caso conclua pela materialidade da infração.

14.10. Constatada a materialidade da infração, será providenciada a instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA, com intuito de reunir todos os documentos produzidos, visando avaliação sobre culpabilidade do infrator.

14.11. A instauração do Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser iniciada por termo de abertura de processo e instrução processual contendo, no mínimo:

I. todas as manifestações produzidas na instrução preliminar;

II. decisão da autoridade competente sobre abertura do PAA (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na

Sede);

III. edital cujas disposições foram infringidas;

IV. os documentos comprobatórios das alegações já formuladas.

14.11.1. Instaurado Processo Administrativo de Apuração - PAA deverá ser encaminhada ao infrator, no prazo de até 10 dias úteis a contar da abertura do processo, notificação sobre a abertura do PAA, contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

I - identificação do infrator;

II - número e objeto do contrato ou edital a que se refere;

III - finalidade da intimação;

IV - indicação dos fatos e fundamentos legais, disposições do edital descumpridas.

V - as possíveis penalidades cabíveis, com indicação das disposições do edital a que se referem;

VI - estabelecimento de prazo de 10 dias úteis para apresentar sua Defesa Prévia, a contar da data do recebimento da notificação, nos termos do §2º do artigo 83 da Lei nº 13.303/2016, momento em que lhe será facultado apresentar documentos, bem como produzir provas;

VII - orientações para que a Contratada se habilite no processo SEI, o prazo no qual deverá estar habilitado e a informação de que, ao final, a Embrapa, para todos os efeitos, considerará que a licitante encontra-se com vista franqueada do processo;

VIII - informação da continuidade do processo, decorridos os prazos, independentemente da apresentação de sua defesa;

14.11.2. O infrator terá acesso irrestrito ao PAA, sendo de sua inteira responsabilidade o tratamento dos dados pessoais neles contidos, devendo, se for o caso, tratá-los segundo as disposições da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

14.11.3. O infrator deverá arcar com os custos de eventuais fotocópias.

14.11.4. É ônus do contratado manter atualizado, junto à Embrapa, seu endereço, inclusive eletrônico, sob pena de ser considerada válida a notificação promovida no último endereço informado.

14.11.5. Ao licitante incumbe, no âmbito de sua defesa, alegar todos os fatos e fundamentos jurídicos que lhe aproveitem, cabendo-lhe o ônus da prova de suas alegações, podendo juntar documentos e pareceres, bem como requerer diligências ou qualquer outro meio de prova cabível, arcando com eventuais custos de sua realização.

14.11.6. Poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelo licitante quando sejam intempestivas, ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

14.11.7. Após a apresentação da defesa prévia pelo licitante, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede) se manifestará sobre as alegações apresentadas e decidirá sobre a culpabilidade do infrator, fundamentadamente.

14.11.8. Após o análise sobre a culpabilidade, no mesmo ato, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede) passará à dosimetria das penalidades cabíveis.

14.12. Na avaliação da dosimetria das penalidades, a autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede), mesmo nos casos de ausência de defesa, considerará as circunstâncias agravantes ou atenuantes presentes no caso, e as penalidades que entender razoáveis.

14.13. A aplicação da penalidade deve levar em consideração a natureza e a gravidade dos fatos, a extensão e a relevância da obrigação descumprida, a culpabilidade do licitante, os fins a que a sanção se destina, os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e, em especial, as seguintes circunstâncias:

I. atenuantes:

a) a inexistência de prejuízos ou riscos à Embrapa;

b) a regularização do ato que ensejou a abertura do PAA; e

c) outra circunstância relevante, anterior ou posterior à infração verificada.

II. agravantes:

a) a reincidência;

b) o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da infração; e

c) a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, dos quais tenha tomado conhecimento.

14.13.1. No concurso de agravantes e atenuantes, a Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede) aplicará a sanção conforme indicado pelas circunstâncias preponderantes.

14.13.2. De forma devidamente justificada, a penalidade prevista no edital poderá ser reduzida equitativamente pela Autoridade Decisória (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede), quando se revelar manifestamente excessiva, tendo em vista os elementos indicados no 14.13 deste edital.

14.14. A aplicação de sanção e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

14.15. Além dos fundamentos, a Decisão conterá:

I - A penalidade aplicada, conforme estabelecido no Edital;

II - A forma de execução da pena e de recolhimento dos valores de multa, se for o caso;

III - O prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar da intimação, para apresentação de Recurso;

IV - A informação de que a não apresentação de Recurso em relação à penalidade aplicada, ensejará a aplicação da pena de forma imediata.

14.16. Proferida a Decisão, o infrator será notificado, sobre este evento, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

14.16.1. A notificação sobre a Decisão poderá ser dispensada, caso o infrator acesse seus termos no processo de aplicação de penalidades, no ambiente SEI, estando este evento devidamente registrado.

14.17. Poderá o infrator, quando da interposição do recurso, juntar os documentos que julgar convenientes.

14.18. O recurso apresentado deverá ser dirigido ao autor da Decisão recorrida (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede), que poderá revê-la, modificando-a, anulá-la ou revogá-la, total ou parcialmente ou mantê-la.

14.18.1. Se a reforma da Decisão agravar situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule, no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar da intimação, novos termos recursais em relação ao agravamento.

14.18.2. Após seu pronunciamento final, caso o autor da nova Decisão recorrida a mantenha inalterada, deverá encaminhá-la ao superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Gerente-Geral de Administração na Sede).

14.18.3. O superior imediato (Chefe-Geral nas UD's e Gerente-Geral de Administração na Sede) poderá confirmar, atenuar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida.

- 14.18.4. A decisão que anular ou revogar a decisão recorrida, imporá o reinício do PAA, sem prejuízo dos atos aproveitáveis.
- 14.18.5. O recurso não será conhecido quando interposto fora do prazo ou por quem não seja legitimado.
- 14.18.6. O não conhecimento do recurso não impede a Embrapa de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.
- 14.18.7. Após a confirmação ou nova decisão por parte da autoridade superior (Chefe-Geral nas UD's e Gerente-Geral de Administração na Sede), o infrator deverá ser notificado de seus termos, por meio de intimação, que poderá ser efetuada por ciência no processo Sistema Eletrônico de Informações - SEI, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio que assegure, inequivocamente, a certeza da ciência do interessado.
- 14.18.8. Caso o penalizado não seja encontrado ou não confirme o recebimento da intimação, a Decisão será publicada no Diário Oficial da União, hipótese em que se presumirá a sua cientificação.
- 14.18.9. Após a Decisão final, a penalidade aplicada deverá ser executada e registrada no SICAF e nos registros cadastrais da Embrapa.
- 14.19. O sancionado com multa deverá comprovar o seu pagamento em até 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação respectiva, observando-se que, em caso de não quitação do débito, a Embrapa poderá efetuar sua cobrança pela via judicial.
- 14.20. O pagamento da multa poderá ser parcelado, por decisão da autoridade competente (Chefe-Adjunto de Administração, nas UD's e Gerente-Adjunto de Contratações na Sede), quando não houver prejuízos para a Embrapa, observando-se que os valores deverão ser atualizados pela taxa básica de juros da economia (SELIC).
- 14.21. Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou da ciência da Decisão, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.
- 14.22. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.
- 14.23. Em regra, o recurso não terá efeito suspensivo, sendo possível sua concessão, de ofício ou a pedido, pela Autoridade Decisória recorrida ou imediatamente superior, quando houver justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação, decorrente da execução da decisão.
- 14.24. A prática de atos lesivos à Embrapa nos termos da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 11129/2022, será apurada em processo administrativo aberto e instruído conforme disposições contidas na citada legislação, e em obediência ao rito e penalidades nela fixados.
- 14.25. As penalidades referentes à inexecução do Contrato estão estabelecidas no instrumento de contratação em anexo ao presente edital, podendo, ainda, constar do Termo de Referência.

15. ATOS LESIVOS À Embrapa

- 15.1. Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 12.846/2013, o licitante estará sujeito às sanções estabelecidas neste Edital, observados o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo das demais cominações legais, no caso dos atos lesivos à Embrapa, assim definidos:
- a) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;
 - b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;
 - c) afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
 - d) fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;
 - e) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;
 - f) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou
 - g) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;
- 15.2. Constatada a prática de ato lesivo à Embrapa, pela configuração, de uma das condutas tipificadas no inciso IV do Artigo 5º da Lei 12.846/2013, haverá a responsabilização administrativa, na forma dos artigos 6º e 7º da 12.846/2013.
- 15.3. Caso os atos lesivos apurados envolvam infrações administrativas à Lei nº 13.303/2016 ou a outras normas de licitações e contratos da administração pública, e tenha ocorrido a apuração conjunta, o licitante também estará sujeito a sanções administrativas que tenham como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a administração pública, a serem aplicadas no Processo Administrativo de Responsabilização.
- 15.4. A decisão administrativa proferida pela autoridade julgadora ao final do PAR será publicada no Diário Oficial da União e no sítio eletrônico da Embrapa.
- 15.5. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação da reparação integral do dano causado.
- 15.6. O licitante sancionado administrativamente pela prática de atos lesivos contra a Embrapa, nos termos da Lei nº 12.846/13, publicará a decisão administrativa sancionadora na forma de extrato de sentença, cumulativamente:
- a) em meio de comunicação de grande circulação na área da prática da infração e de atuação do licitante ou, na sua falta, em publicação de circulação nacional;
 - b) em edital afixado no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, em localidade que permita a visibilidade pelo público, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias; e
 - c) em seu sítio eletrônico, pelo prazo de trinta dias e em destaque na página principal do referido sítio.
- 15.7. A publicação a que se refere o item 16.6 será feita a expensas da pessoa jurídica sancionada.
- 15.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Embrapa resultantes de ato lesivo cometido pelo licitante, com ou sem a participação de agente público.
- 15.9. O PAR e o sancionamento administrativo obedecerão às regras e parâmetros dispostos em legislação específica, notadamente, na Lei nº 12.846/2013 e no Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, inclusive suas eventuais alterações, sem prejuízo ainda da aplicação do ato de que trata o art. 67 do Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022.
- 15.10. Na esfera administrativa, a responsabilidade da pessoa jurídica não afasta a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.
- 15.11 As disposições deste item se aplicam quando o licitante se enquadrar na definição legal do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 12.846/2013.

16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 16.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma deste Edital.
- 16.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, podendo suspender a abertura da sessão pública caso entenda conveniente.
- 16.2.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
 - 16.2.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.
- 16.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 16.4. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

16.5. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

16.5.1. O prazo constante do item acima é limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.5.2. O Pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

16.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.7. O licitante, através de consulta permanente ao sítio abaixo indicado, deverá manter-se atualizado quanto a quaisquer alterações e esclarecimentos sobre o Edital, não cabendo à Embrapa a responsabilidade por desconhecimento de tais informações, em face de inobservância do licitante quanto ao procedimento apontado neste item.

16.8. Todos os pedidos/impugnações e suas respectivas respostas serão devidamente publicados no sítio eletrônico da Embrapa: www.embrapa.br

16.9. Somente serão consideradas as impugnações encaminhadas até às 17h:00min do último dia para sua interposição.

16.10. O dia de abertura da licitação não é computado para a contagem dos prazos indicados neste item.

16.11. Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos antes da sessão de abertura da licitação.

16.12. Não serão prestados esclarecimentos por telefone.

16.13. Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Os licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época.

17.2. A Embrapa poderá promover alterações nos termos deste Edital, havendo reabertura do prazo para a apresentação das propostas, quando tais alterações afetarem a formulação das propostas.

17.3. A Embrapa poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, observado o disposto no art. 62 da Lei nº 13.303/2016.

17.4. Os recursos destinados à contratação correrão por conta do orçamento da Embrapa.

17.5. Fica eleito o foro da Justiça Federal - Circunscrição Judiciária de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, para dirimir qualquer questão oriunda da presente licitação.

17.6. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

- a) ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
- b) ANEXO II - MODELO PARA A PROPOSTA – Planilha de Preços;
- c) ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- c) ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO.

Brasília, 06 de março de 2026

[assinado eletronicamente]

ERICA MOREIRA TORRES

Gerente-Adjunta de Contratações, Patrimônio e Suprimentos - GAC

Gerência-Geral de Administração- GADM

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



Gerência-Geral de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Independente para:

1.1.1. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de 2026, 2027, 2028, a serem elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas públicas, que compreendem os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs, as normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976 e suas alterações e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e

elaboração de demonstrações financeiras;

1.1.2. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada exercício social sobre os quais serão realizados trabalhos de asseguração razoável.

1.1.3. Os serviços de auditoria independente devem seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente no que se referem às normas técnicas sobre o trabalho do Auditor Independente, NBCTA –, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as regras contidas na Lei nº 6.404, de 1976 e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários- CVM.

1.2. Esta contratação visa atender exigências da legislação societária aplicável a empresas públicas, obrigações estatutárias e de órgãos de controle externo e devem seguir todos os preceitos aplicados às estatais e às sociedades anônimas regidas pela Lei 6.404/76 e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

2.1. Os serviços contratados previstos neste termo de referência não poderão em qualquer hipótese serem objetos de subcontratações. Para recebimento pelos serviços prestados a CONTRATADA deverá cumprir os prazos de entregas estabelecidos no ANEXO I condicionados à emissão do Atesto do recebimento dos serviços prestados pela Embrapa.

2.2. NÍVEIS DE SERVIÇO

2.2.1. A CONTRATADA deve observar os prazos de entregas dos serviços contratados de acordo com o cronograma estabelecido no ANEXO I deste termo de referência, em caso de descumprimento destes prazos a CONTRATADA poderá sofrer penalidades administrativas e/ou financeiras previstas no item 10 deste termo de referência.

3. ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO

3.1. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias dos Trimestres em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada exercício social, verificando sua conformidade e atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas públicas, que compreendem os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs, as normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as regras contidas na Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

3.2. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis anuais dos exercícios sociais a se findarem em 31 de dezembro de 2026, 2027, 2028, consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas públicas, que compreendem os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPCs, as normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, as regras contidas na Lei nº 6.404, de 1976 e as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

3.3. As Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente no que se referem as normas técnicas sobre o trabalho do Auditor Independente - NBCTA, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, requerem que o auditor cumpra com os requerimentos éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais, emitidos pelo CFC e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

3.3.1. Uma auditoria envolve a realização de procedimentos para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, considerando a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por erro ou fraude, este último devendo ser avaliado como estabelecido na NBC TA 240 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis.

3.3.2. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da EMBRAPA em sua preparação, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3.3.3. Conforme estabelecido pela NBC TA 260 - Comunicação com os Responsáveis pela Governança, ao final da etapa de planejamento dos trabalhos de auditoria e por ocasião do término dos trabalhos de asseguração limitada das informações trimestrais e de asseguração razoável das demonstrações financeiras anuais, os auditores deverão apresentar e discutir com o Comitê de Auditoria:

I) a visão do auditor sobre aspectos qualitativos significativos das práticas contábeis adotadas pela EMBRAPA, incluindo políticas e estimativas contábeis, e divulgação nas demonstrações contábeis. Quando for o caso, o auditor deve explicar porque o auditor considera uma prática contábil significativa, que é aceitável pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como não sendo a mais apropriada para as circunstâncias específicas da EMBRAPA;

II) dificuldades significativas, se houver, encontradas durante a realização dos trabalhos de auditoria;

III) assuntos importantes, se houver, decorrentes da auditoria que foram discutidos ou tratados com a administração;

IV) representações formais (por escrito) exigidas da administração pelo auditor;

V) Quais os riscos significativos de distorção relevante das demonstrações financeiras identificados pelo auditor decorrente da aplicação da NBC TA 315 – Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante por meio do Entendimento da Entidade e de seu Ambiente e sua resposta de auditoria para tratar esses riscos, consoante NBC TA 330 - Resposta do Auditor aos Riscos Avaliados, sejam eles devido a descumprimento de Leis e Regulamentos (avaliada segundo os termos da NBC TA 250 - Consideração de Leis e Regulamentos na Auditoria de Demonstrações Contábeis), erro ou fraude (avaliada segundo os termos da NBC TA 240 - Responsabilidade do Auditor em Relação a Fraude, no Contexto da Auditoria de Demonstrações Contábeis).

VI) Quais os controles internos julgados relevantes pelo auditor para a auditoria e qual a abordagem de trabalho planejada para ser executada.

VII) Como foi aplicado o conceito de materialidade para a determinação dos trabalhos a serem executados no contexto da auditoria (NBC TA 320 – Materialidade no Planejamento e na Execução da Auditoria).

VIII) a extensão em que o auditor utilizará o trabalho da auditoria interna e como os auditores independentes e internos irão trabalhar de maneira construtiva e complementar, justificando caso não seja planejada a utilização do trabalho da auditoria interna nos trabalhos planejados pelo auditor para a auditoria das demonstrações contábeis, nos termos da NBC TA 610 - Utilização do Trabalho de Auditoria Interna;

IX) A apresentação da avaliação, pelo auditor, dos objetivos e as estratégias da EMBRAPA e os correspondentes riscos do negócio que podem resultar em distorções relevantes nas demonstrações Contábeis e como os procedimentos de auditoria para tratamento desses riscos identificados;

X) Discussão com o Comitê de Auditoria sobre assuntos que seus membros consideram devam ter uma atenção especial durante a auditoria das demonstrações contábeis e quaisquer áreas em que eles solicitem a aplicação de procedimentos adicionais;

XI) Outros assuntos, se houver, decorrentes do planejamento da auditoria, realizado consoante a NBC TA 300 - Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, que no julgamento profissional do auditor são significativos para a execução dos trabalhos de auditoria e pela supervisão geral do processo de relatórios contábeis.

3.3.4. Como temas recorrentes que os membros do Comitê de auditoria consideram devam ter uma atenção especial ressalta-se:

I) Risco da capacidade da administração e/ou dos responsáveis pela administração de manipular registros contábeis (management override of controls);

II) Risco de reconhecimento da receita (revenue recognition);

III) Risco de reconhecimento e avaliação de ativos como estoques, ativo biológico, imobilizado e intangível;

IV) Risco na determinação de estimativas utilizadas para avaliação de ativos, como vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado e valor recuperável de estoques e de ativos imobilizados e intangíveis (NBC TA 540 - Auditoria de Estimativas Contábeis, Inclusive do Valor Justo, e Divulgações Relacionadas);

V) Risco no julgamento utilizado para a constituição de provisões para perdas prováveis, tais como contingências cíveis, trabalhistas, Previdenciárias e ambientais;

VI) Risco de distorções nas demonstrações contábeis em relação ao cálculo e registro contábil da Provisão dos Planos de Benefícios a Empregados patrocinados pela EMBRAPA; e

VII) Risco da capacidade financeira da EMBRAPA em honrar os compromissos financeiros nos prazos assumidos.

3.3.4.1. Como áreas recorrentes que o Comitê de Auditoria solicita a aplicação de procedimentos adicionais ressaltamos:

I) Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital;

II) Revisão dos procedimentos utilizados na Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social; e

III) Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

3.3.5. Quando os trabalhos de auditoria realizarem constatações significativas ou tiverem dificuldades significativas para a realização dos trabalhos planejados, estas devem ser imediatamente reportadas ao Comitê de Auditoria, independentemente do cronograma de trabalho estabelecido.

3.3.5.1. Da mesma forma, quando ocorrerem aspectos que possam afetar a independência do auditor em relação aos trabalhos de auditoria que estão sendo realizados sobre as demonstrações contábeis da EMBRAPA, os auditores deverão comunicar imediatamente tal fato ao Comitê de Auditoria, bem como as salvaguardas que serão tomadas para não afetar os trabalhos que estão contratados e sua conclusão sobre a avaliação da eficácia dessas salvaguardas para a manutenção de sua independência.

3.3.6. Adicionalmente, ao término dos trabalhos de asseguarção razoável das demonstrações financeiras anuais o auditor deve apresentar formalmente ao Comitê de Auditoria:

I) Uma declaração formal de que a equipe de trabalho e outras pessoas na empresa de auditoria, bem como a própria firma e, quando aplicável, as firmas da rede, cumpriram as exigências éticas relevantes relativas à independência; e

II) Todos os relacionamentos e outros assuntos entre a firma, firmas da rede e a EMBRAPA que, segundo o julgamento profissional do auditor, podem razoavelmente ser considerados com relação à independência. Isso deve incluir o total de honorários cobrados durante o período coberto pelas demonstrações contábeis, pelos serviços de auditoria e não auditoria prestados pela firma e pelas firmas da rede à EMBRAPA e a componentes controlados pela EMBRAPA. Esses honorários devem ser alocados a categorias que sejam apropriadas para auxiliar o Comitê de Auditoria a avaliarem o efeito dos serviços sobre a independência do auditor; e

III) As correspondentes salvaguardas foram aplicadas para eliminar ameaças à independência identificadas ou reduzi-las a um nível aceitável.

3.3.7. Na avaliação de risco de distorções nas demonstrações contábeis, seja por fraude ou erro, a ser realizada pelos auditores independentes, deve-se considerar o controle interno relevante para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como os processos envolvidos, a fim de planejar os procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias. Durante essa avaliação, o auditor deverá comunicar, por escrito, na reunião de conclusão dos trabalhos de asseguarção limitada das demonstrações contábeis intermediárias e de asseguarção razoável das demonstrações financeiras dos exercícios sociais, qualquer deficiência significativa no controle interno relevante para a auditoria das demonstrações contábeis que for identificada durante o processo, em conformidade com a NBC TA 265 – Comunicação de Deficiências de Controle Interno.

Adicionalmente, nas referidas reuniões, devem ser apresentadas as distorções materiais identificadas nas demonstrações contábeis auditadas, resultante dos trabalhos de auditoria, comparadas com a materialidade definida no planejamento dos trabalhos de auditoria e os reflexos em cada um dos relatórios de asseguarção limitada e razoável a serem emitidos consoante a NBC TA 450 - Avaliação das Distorções Identificadas durante a Auditoria.

3.4. Participação em reuniões ordinárias presenciais com a Diretoria Executiva e com o Comitê de Auditoria trimestralmente, representados por sócio e gerente responsável pelos trabalhos, durante a vigência do contrato. Adicionalmente, reuniões extraordinárias, remotas, poderão vir a ser convocadas, tanto pela Diretoria Executiva e pelo Comitê de Auditoria, quanto pelos Conselhos Fiscal e de Administração;

3.5. As reuniões ordinárias com o sócio e gerente responsável deverão contemplar, no mínimo, os seguintes temas:

3.5.1. Apresentar e discutir o planejamento anual de auditoria, devendo ocorrer até o mês de setembro de cada exercício social a ser auditado;

3.5.2. Apresentar a conclusão geral dos trabalhos de asseguarção limitada e seu relatório de revisão a cada trimestre, devendo ocorrer em até 50 dias da data-base de cada trimestre;

3.5.3. Apresentar a conclusão geral dos trabalhos de asseguarção razoável e seu relatório de auditoria anual, devendo ocorrer em até 70 dias da data-base de cada exercício social;

3.5.4. Apresentar, nas reuniões de conclusão geral, as conclusões relacionadas com cada um dos trabalhos planejados para serem realizados, incluindo a cédulas de ajustes propostos, realizados ou não, em caso de ocorrência;

3.5.5. Apresentar o relatório de deficiências de controles internos referido na NBC TA 265 - Comunicação de Deficiências de Controle Interno e discutir os seus apontamentos e observações em até 30 dias da data de emissão do relatório de asseguarção razoável de cada exercício social.

3.5.6. As entregas dos relatórios deverão seguir o descrito no anexo I, e, considerando a natureza do serviço deste Termo de Referência com características, pautadas em especificações usuais de mercado e detentoras de padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos, que envolve a contratação de serviços especializados de auditoria independente para a realização de todos os serviços do objeto deste Termo de Referência, deverá ser realizado por processo licitatório único na modalidade Pregão Eletrônico, com o objetivo de se obter maior conformidade, uniformidade e redução de custos em razão da conexão do escopo dos serviços.

3.5.6.1. Tendo em vista a obrigatoriedade de auditoria das Demonstrações Financeiras Anuais e Trimestrais por auditor independente, o caráter continuado dos serviços de auditoria, bem como a complexidade de fazer novo processo licitatório a cada ano, e de forma a minimizar custos, sugere-se que a contratação seja pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a partir do exercício social de 2026, com reajustes anuais, contemplando possibilidade de rescisão antecipada para casos de prestação de serviços, pela contratada, em qualidade aquém da esperada e, outros eventos de força maior, podendo ser renovado até o limite de 60 meses.

4. LOCAL DE ENTREGA E/OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A Embrapa atua de forma descentralizada, por meio de 46 Unidades Descentralizadas distribuídas em 24 unidades da federação, abrangendo todos os biomas brasileiros. Os serviços deverão ser prestados tanto de forma presencial quanto remota, sendo obrigatórias:

I) Visitas presenciais trimestrais à Matriz, localizada em Brasília/DF;

II) Visitas presenciais anuais às Unidades Descentralizadas da Embrapa que, somadas, representem no mínimo 50% do total de custos e despesas incorridos no exercício social.

4.1.1. Essas visitas deverão estar alinhadas ao planejamento dos trabalhos de auditoria, bem como aos demais procedimentos julgados essenciais pelo auditor para fundamentar adequadamente suas conclusões.

4.1.1.1. Unidades que deverão receber os serviços de forma presencial:

I) Embrapa Sede – Parque Estação Biológica - PqEB s/nº, Brasília/DF, CEP 70770-901.

II) Embrapa Cerrados – Rodovia BR 020 Km 18, Zona Rural, C.P 08223, CEP 73310-970, Brasília/DF.

III) Embrapa Agroenergia – Parque Estação Biológica - PqEB s/nº, Brasília/DF, CEP 70770-901

IV) Embrapa Cenargen – Parque Estação Biológica - PqEB s/nº, Brasília/DF, CEP 70770-901

V) Embrapa Hortaliças – BR 060, Km 09, Zona Rural, Brasília/DF, CEP 70770-901.

VI) Embrapa Arroz e Feijão – Rodovia GO-462, Km 12, Santo Antônio de Goiás/GO, CEP 75375-000.

VII) Embrapa Amazônia Oriental (CPATU) – Travessa Dr. Enéas Pinheiro, s/n, Marco, Belém/PA, CEP 66095-100.

VIII) Embrapa Agroindústria Tropical – Rua Dra. Saraiva, nº 1, Bairro: Cajazeiras, Fortaleza/CE, CEP: 60.760-720.

IX) Embrapa Milho e Sorgo – Rodovia MG 424, Km 66, Sete Lagoas/MG, CEP 35701-970.

X) Embrapa Florestas – Estrada da Ribeira, Km 111, Caixa Postal 319, Colombo/PR, CEP 83411-000.

XI) Embrapa Soja – Rodovia Carlos João Strass, nº 11.700, Distrito de Warta, Londrina/PR, CEP 86001-970.

4.1.2. Os custos com viagens descritos nos itens 3.4 e 4.1 serão de responsabilidade da contratada.

4.2. A participação nas reuniões mencionadas no item 3.4 com os temas relacionados no item 3.5 ocorrerá, de forma presencial, na sede da EMBRAPA. No entanto, a critério da EMBRAPA, poderá ocorrer de forma remota.

5. PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. Emissão do relatório de Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Trimestrais: até 50 dias de cada uma das datas-base;

5.2. Emissão dos relatórios de Asseguração Razoável das Demonstrações Contábeis do exercício social: até 70 dias de cada uma das datas-base;

5.3. Emissão dos relatórios de avaliação do ambiente dos controles internos: Até 30 dias da data de emissão do relatório de asseguração razoável de cada exercício social (NBC TA 230 R1, item A21 e NBC TA 265, item A13).

5.4. Emissão dos relatórios referentes às revisões dos procedimentos utilizados para preenchimento e transmissão tempestiva para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, das escriturações previstas no item 3.3 deste Termo de Referência:

5.4.1. Relatórios referentes a revisão da EFD-REINF e da EFD – Contribuições com periodicidade de transmissão mensal: Até 30 dias da data de emissão do relatório de asseguração limitada de cada trimestre, integrado com o Relatório de avaliação do ambiente dos controles internos.

I) A revisão das escriturações digitais com periodicidade mensal deverá ocorrer ao final do encerramento de cada trimestre. O relatório de revisão deverá ser encaminhado à administração até 30 (trinta) dias após o encerramento do trimestre.

II) A revisão da Escrituração Contábil Digital (ECD) deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega da obrigação acessória pela Embrapa. O relatório correspondente deverá ser entregue até o prazo estipulado para conclusão do trabalho;

III) A revisão da Escrituração Contábil Fiscal (ECF) deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias após a efetiva entrega da obrigação acessória pela Embrapa. O relatório correspondente deverá ser entregue até o prazo estipulado para conclusão do trabalho.

5.5. Os relatórios produzidos pela CONTRATADA deverão ser entregues dentro do prazo estipulado em arquivo eletrônico, devidamente assinados pelos responsáveis.

5.5.1. Os relatórios poderão ser encaminhados para o contratante, em formato eletrônico, devendo ser respondidas, tanto pela CONTRATADA como pela contratante, em até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis, limitadas a 3 (três) remessas, sob pena de configurar infração contratual.

5.6. Os prazos para entrega dos relatórios relativos aos serviços especificados neste Termo de Referência, deverão seguir o “CRONOGRAMA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS”, conforme ANEXO I.

5.7. O prazo de vigência deste contrato é de 36 (trinta e seis) meses com início na data da última assinatura aposta pelos representantes das partes, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta meses) anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

5.8. As datas estabelecidas neste Termo de Referência poderão ser alteradas por conveniência da EMBRAPA em virtude de alinhamento a prazos estabelecidos pela legislação vigente à época e/ou pelos órgãos de controle interno e externo;

5.9. Qualquer alteração nos prazos deverá ser solicitada em prazo razoável e justificada antes do vencimento e formalizada, nos termos da legislação vigente, mediante prévia anuência pelo Comitê de Auditoria da EMBRAPA.

6. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. OBRIGAÇÕES DA EMBRAPA

6.1.1. Obriga-se a EMBRAPA a facilitar aos funcionários da CONTRATADA o livre acesso às áreas dos prédios e correspondentes instalações onde serão executados os serviços bem como o fornecimento de informações, documentações e assistência necessária ao bom desempenho dos serviços;

6.1.2. Os acessos aos funcionários às dependências da EMBRAPA estarão condicionados ao envio prévio da identificação dos mesmos;

6.1.3. Entregar o material e informações requisitado para a execução dos trabalhos em até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis da data de sua solicitação, por meio de plataforma de compartilhamento de dados que ofereça segurança e restrição de acesso por terceiros não envolvidos nos trabalhos de auditoria às informações disponibilizadas;

6.1.4. Caso haja atraso, pela EMBRAPA, na disponibilização dos materiais e informações requisitados, em que possa comprometer o prazo de execução da etapa, deverá ser acrescido o número de dias de atraso no prazo final para entrega da respectiva etapa.

6.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.2.1. Prestar, nos prazos determinados no item 5 “PRAZOS E ENTREGAS”, os serviços previstos com a emissão dos relatórios redigidos em conformidade com os normativos emanados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, demais normas e procedimentos aplicáveis e legislação específica, inclusive aquelas emanadas pelos órgãos de fiscalização do exercício profissional do auditor independente, em conformidade com a legislação vigente e/ou que venha ser editada;

6.2.2. Prestar assistência à EMBRAPA através de comparecimento do sócio e/ou gerente habilitado da CONTRATADA responsável pelos trabalhos objeto deste Termo de Referência nas reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário para prestar informações sobre os dados contidos nos relatórios emitidos objeto desta contratação, quando previamente convocada;

6.2.3. As cartas de circularização deverão ser solicitadas à EMBRAPA pela CONTRATADA em tempo hábil para que sejam cumpridos os prazos de emissão dos Relatórios de Auditoria Independente objeto deste Termo de Referência.

6.2.3.1. As respostas aos pedidos realizados nas cartas de circularização que não forem recebidas pela CONTRATADA em até 20 (vinte) dias antes do prazo estabelecido, deverão ser formalmente comunicados à EMBRAPA para as providências cabíveis;

6.2.4. A relação e discriminação das qualificações técnicas dos profissionais, que participarão da execução dos trabalhos, será especificada e apresentada por ocasião da celebração da apresentação da proposta;

6.2.5. O relatório da última Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, referido no parágrafo 40 da NBC PA 11 de 08.12.2017 deverá ser apresentado por ocasião da apresentação da proposta.

6.2.6. A CONTRATADA deverá relacionar os profissionais que integrarão a Equipe Técnica que executará os serviços objeto da contratação, com indicação das funções no desenvolvimento dos serviços (Sócio ou Diretor, Sênior ou Supervisores, Gerentes).

6.2.6.1. A equipe indicada pela CONTRATADA conforme o item 6.2.6 deve ser a mesma que irá trabalhar em campo, descritas no item 6.2.9.

6.2.6.2. Admissão de substituição dos profissionais elencados e aprovados para os trabalhos de campo na Embrapa por profissionais de experiência equivalente ou superior, comprovados mediante cópia de carteira de trabalho e/ou atestado(os) ou certidão(ões) de experiência, desde que aprovada pela Embrapa, mediante requisição formal encaminhada com antecedência mínima de 15 dias úteis anteriores ao início da revisão trimestral.

6.2.7. A CONTRATADA deverá apresentar à EMBRAPA declaração individual de sigilo e ausência de interesses conflitantes com a independência nos trabalhos a serem executados, de cada um dos profissionais que integram as equipes técnicas.

6.2.8. Efetuar os esclarecimentos, se necessários, em até 02 (dois) dias úteis após solicitação formal através de memorando, e-mail ou qualquer outro tipo de comunicação oficial da empresa;

6.2.9. Disponibilizar, nos termos que regulam a profissão do auditor, os papéis de trabalho e outros documentos que tenham servido de base para emissão dos Relatórios de assecuração limitada sobre as Demonstrações Contábeis intermediárias e razoável do exercício social, relativas aos períodos abrangidos pelo contrato e para elaboração dos demais Relatórios.

7. SIGILO E INVOLABILIDADE

7.1. A CONTRATADA se obriga, sob as penas da Lei, a respeitar e assegurar o sigilo relativo às informações disponibilizadas de forma física ou em plataforma eletrônica de compartilhamento, oferecida pela CONTRATADA, durante o seu trabalho responsabilizando-se pela sua segurança e não as divulgando, sob qualquer circunstância, para terceiros sem autorização expressa da entidade, salvo quando houver obrigação legal de fazê-lo.

7.2. Os papéis de trabalho da auditoria poderão, no processo de "Revisão Externa de Qualidade pelos Pares – NBC PA 11 de 08.12.2017" serem fornecidos para análise por parte do Auditor Revisor e seu correspondente relatório que for emitido deverá ser disponibilizado à EMBRAPA, a menos que as normas que regulam a profissão do auditor proíbam tacitamente seu compartilhamento com a Companhia auditada.

8. FATURAMENTO

8.1. O faturamento pelos serviços prestados deve observar o cronograma de etapas de pagamento contido no ANEXO I deste termo de referência, devendo a CONTRATADA observar que o pagamento das etapas está vinculado à emissão dos relatórios e pareceres técnicos e do termo de aceite pela área de gestão administrativa. A nota fiscal de serviços deverá ser emitida posteriormente a esta etapa.

9. PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos das faturas/notas fiscais dos serviços correspondentes ao contrato, serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, após o Atesto do recebimento do serviço e consequente recebimento da Nota Fiscal e do documento de cobrança pela EMBRAPA;

9.2. A EMBRAPA não pagará juros de mora por atraso de pagamento de fatura referente a fornecimento com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas previstas no processo de contratação;

9.3. Os pagamentos das etapas constantes no "CRONOGRAMA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PAGAMENTO " (ANEXO I), estará condicionado o aceite dado pela EMBRAPA.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento na lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da EMBRAPA, as seguintes sanções poderão ser aplicadas à CONTRATADA, conforme o caso, sem prejuízo da reparação dos danos causados à EMBRAPA pelo infrator, na forma da legislação:

I - Advertência por escrito, em razão de descumprimentos contratuais que não causem qualquer espécie de prejuízo financeiro, econômico, material ou institucional para a EMBRAPA;

II - Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, por dia de atraso, no descumprimento das obrigações estabelecidas no Edital ou outra obrigação cujo cumprimento seja estabelecido em dias ou em períodos a eles correspondentes, até o 15º (décimo quinto) dia;

III - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor global atualizado do Contrato, quando o atraso for superior ao estabelecido no item anterior ou no descumprimento de qualquer obrigação que possa ensejar a rescisão contratual; e

IV - Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos;

10.1.1. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2. Em caso de inexecução parcial, por parte da CONTRATADA, de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, a ela será aplicada multa no percentual de 1% (um por cento) do valor do item contratado até o limite de 10% (dez por cento), considerando o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, garantida a prévia defesa, conforme legislação vigente, a partir do recebimento da notificação via e-mail ou Correios.

10.3. Será garantida prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados, de sua ciência da falta cometida, sem prejuízo do disposto nos artigos 82 e 83 da Lei 13.303/2016.

10.4. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

I) A aplicação de penalidades observará o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO – PAA, constante do Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

11. REQUISITOS HABILITATÓRIOS

11.1. Registro ativo e regular da empresa de auditoria no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e dos Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e no Cadastro Nacional de Auditores Independentes – CNAI, conforme Resolução CFC nº 1.495, de 20 de novembro de 2015;

11.2 Registro do ativo e regular da empresa de auditoria na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, na categoria de Auditor Independente (Lei 13.303/2016 e IN CVM nº 308/1999);

11.3. Comprovante de submissão ao Programa de Revisão Externa de Qualidade dos Pares dentro do prazo estabelecido pela NBC PA 11 de 08.12.2017;

11.4. Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica (declaração ou certidão), em papel timbrado e com identificação do emitente (nome completo, e-mail e telefone de contato), em original ou cópia autenticada, emitido por empresa pública ou privada, comprovando o perfeito cumprimento das obrigações, com características técnicas e complexidade similares ao objeto especificado neste Termo de Referência, informando o período e o local da prestação dos serviços.

11.5. Para a comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, conforme estabelecido no art. 50 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, a pessoa jurídica selecionada deverá apresentar:

I - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

II - Certificado de Regularidade relativa ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

11.5.1. Para avaliar a regularidade da CONTRATADA a Embrapa consultará o:

I - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, e;

II - Inelegibilidade - CNIA do Conselho Nacional de Justiça, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

12. REQUISITOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1. Comprovação de que o(s) Responsável(eis) Técnico(s) da LICITANTE possuem vínculo jurídico com a empresa de auditoria LICITANTE, através, por exemplo, de contrato social, ou, no caso de empregado(s) pertencente(s) ao quadro de empregados da LICITANTE, da GFIP do mês anterior ao da abertura da licitação, onde conste o nome do(s) referido(s) Responsável(eis) Técnico(s), bem como "print" da CTPS digital ou cópia autenticada da CTPS física dele.

12.2. Comprovação de educação continuada dos Responsáveis Técnicos, nos termos na NBC PG 12 (R2).

12.3. Comprovação de auditorias em, pelo menos, 3 (três) sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras ou empresas públicas ou sociedades de economia mistas, todas com total de ativos e receita (de subvenção ou das operações) em montante igual ou superior a 50% do apresentado pela EMBRAPA em suas demonstrações financeiras do último exercício social divulgado (31 de dezembro de 2024), as quais devem também estar enquadradas como empresas de grande porte (Art. 3º Parágrafo Único, Lei nº 11.638);

12.4. Comprovação de auditoria em empresa patrocinadora de Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC);

12.5. Comprovação de auditorias de asseguração razoável em, pelo menos, 3 (três) empresas, públicas ou sociedades anônimas aplicam-se as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras às SEM de capital fechado e EP, conforme L.13303, além claro das empresas de capital aberto, sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, com atividades operacionais significativas através de filiais ou sociedades controladas em mais do que 3 (três) estados no território nacional;

12.6. Comprovação de auditorias em, pelo menos, 3 (três) empresas, públicas ou sociedades anônimas aplicam-se as normas da Comissão de Valores Mobiliários sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras às SEM de capital fechado e EP, conforme L.13303, além claro das empresas de capital aberto. Todas as SEM são S/A sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras com atividades operacionais similares às atividades da EMBRAPA, seja no segmento de pesquisas ou de agronegócios envolvendo as atividades primárias de agricultura e/ou de pecuária;

12.7. Apresentação do último Relatório de Revisão de Qualidade pelos Pares, sem ressalvas e a Carta de Recomendações pelo Revisor, nos termos da NBC PA 11;

12.8. Comprovação da atuação de Equipe de Profissionais com, pelo menos, as seguintes características técnicas:

I) Experiência em auditoria de empresas públicas ou de sociedades de economia capital mistas, por três exercícios sociais, consecutivos ou não;

II) Experiência em auditoria de asseguração razoável em empresas, públicas ou sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, com ativo total e receitas igual ou superior a 50% do apresentado pela EMBRAPA em suas demonstrações financeiras do último exercício social divulgado (31 de dezembro de 2024);

III) Experiência em auditoria de asseguração razoável em empresas, públicas ou sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras por três exercícios sociais, consecutivos ou não, com com atividades operacionais significativas através de filiais ou sociedades controladas em mais do que 3 (três) estados no território nacional, levando-se em consideração que a Embrapa possui 43 unidades descentralizadas por todo o território nacional;

IV) Experiência em auditoria de asseguração razoável em empresas, públicas ou sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, com atividades operacionais similares às atividades da EMBRAPA, seja no segmento de pesquisas ou de agronegócios envolvendo as atividades primárias de agricultura ou pecuária, levando-se em consideração a complexidade das operações e tratamento específicos estabelecidos pelo CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola;

V) Experiência em suporte a trabalhos de auditoria em tributos diretos e indiretos, por três exercícios sociais, consecutivos ou não, em empresas, públicas ou sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, com atividades operacionais significativas através de filiais ou sociedades controladas em mais do que 3 (três) estados no território nacional, levando-se em consideração que a Embrapa possui 43 unidades descentralizadas por todo o território nacional;

VI) Experiência em suporte a trabalhos de auditoria da área de folha de pagamento e correspondentes obrigações trabalhistas e previdenciárias; por três exercícios sociais, consecutivos ou não, em empresas públicas ou sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, com ativo total e receitas igual ou superior a 50% do apresentado pela EMBRAPA em suas demonstrações financeiras do último exercício social divulgado (31 de dezembro de 2024);

VII) Experiência em suporte a trabalhos de auditoria de contencioso cível, trabalhista e ambiental, por três exercícios sociais, consecutivos ou não, em empresas públicas ou sociedades anônimas sujeitas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras, com ativo total e receitas igual ou superior a 50% do apresentado pela EMBRAPA em suas demonstrações financeiras do último exercício social divulgado (31 de dezembro de 2024);

12.9. A comprovação do vínculo trabalhista, societário ou por contrato de prestação de serviço dos profissionais listados no item 12.8 com a LICITANTE;

12.10. A comprovação da experiência profissional requerida no item 12.8 deverá ocorrer na forma prevista no item 6.2.4 deste termo de referência e eventual contratação de especialistas deverá ser comprovado através de contratos formais de prestação de serviços com a LICITANTE.

12.10.1. A empresa contratada deverá apresentar equipe técnica devidamente qualificada e registrada nos respectivos conselhos profissionais, composta, no mínimo, por um auditor sênior, um auditor júnior, um sócio responsável pela auditoria independente e um gerente técnico do contrato. Todos os profissionais devem estar em conformidade com as exigências das Normas Brasileiras de Contabilidade, especialmente as emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e atender aos requisitos estabelecidos pelas normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, exigidos pelas normas que regem a profissão de auditoria independente.

12.10.2. A comprovação da experiência no ramo de atuação poderá ser realizada mediante a apresentação de declaração da LICITANTE com a descrição dos clientes e a correspondente natureza do serviço prestado nos quais o profissional atuou na execução das atividades discriminadas no item 12.8.

12.10.3. A declaração que faz alusão ao item anterior poderá contemplar a experiência do profissional proveniente de empresas distintas.

12.11. A EMBRAPA poderá realizar diligências para esclarecer informações relacionadas aos atestados, declarações ou certidões apresentadas pela LICITANTE, sendo vedada a coleta de novos documentos da mesma natureza.

12.12. Caso seja necessário, a LICITANTE vencedora poderá apresentar mais de um atestado, a fim de comprovar a habilitação para prestação dos serviços.

12.13. A não apresentação de qualquer dos documentos indicados neste item implicará a inabilitação do licitante.

13. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

13.1. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas legalmente constituídas no Brasil, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, observadas as condições inerentes à habilitação.

13.2. A participação neste Pregão implica a aceitação, plena e irrevogável, das normas constantes do presente edital e dos seus anexos.

13.3. Não poderão participar desta licitação:

I – Empregado, dirigente ou membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais de suas respectivas unidades federativas;

II – Pessoas jurídicas que tenham em seus quadros societários ou sejam constituídas por empregado, dirigente ou membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais de suas respectivas unidades federativas;

III – Pessoas jurídicas que tenham assento nos Conselhos Deliberativos e Fiscais de suas respectivas unidades federativas.

IV - Pessoa jurídica com suspensão temporária para licitar ou contratar com a Embrapa, xxx do Regulamento de Licitações e Contratos da Embrapa, enquanto durar o período de suspensão;

V - Empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

VI - Empresas que, com a participação nesta licitação, acabem se enquadrando na restrição prevista no art. 31, da Instrução CVM 308/1999, combinado com o § 6º, do art. 177, da Lei no 6.404/1976 e com o art. 3º da Lei no 11.638/2007.

VII - Empresas que incidam nos impedimentos do art. 38 da Lei 13.303/2016.

13.4. A pessoa jurídica que tenha como sócio ou titular ex-empregado antes do decurso do prazo de 18 (dezoito) meses, contados a partir da respectiva demissão ou desligamento, exceto se os referidos sócios ou titulares forem aposentados.

13.5. A pessoa jurídica que tenha como sócio ou titular ex-dirigente ou ex-membro dos Conselhos Deliberativos e Fiscais antes do decurso do prazo mínimo de quarentena de 60 (sessenta) dias, contados a partir do respectivo desligamento.

13.6. Empresas que estejam em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.

14. GARANTIA DA EXECUÇÃO

14.1. A contratada prestará garantia no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global do contrato em conformidade com o art. 70 da lei 13.303/2016.

14.2. A Contratada deverá apresentar a garantia no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de assinatura do instrumento contratual.

14.3. Fica vedado à contratada pactuar com terceiros, cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado em garantia de multas por descumprimento pactual:

14.4. A garantia somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais.

15. DO REAJUSTE

15.1. O valor do Contrato será reajustado anualmente, contado a partir da data de apresentação da proposta de preços ou do último reajuste, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), após o intervalo de 1 (um) ano, mediante solicitação da CONTRATADA, aplicando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice que o substitua, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. O direito ao reajuste será constituído após o período de 12 meses, a contar das seguintes datas-base:

I) O primeiro reajuste terá como data base a data da apresentação da proposta, por ocasião da licitação;

II) Os reajustes subsequentes terão por data-base a data da formalização do pedido do último reajuste.

15.3. Os efeitos financeiros dos reajustes retroagirão à data de apresentação do pedido de reajuste.

15.4. a manifestação sobre o reajuste poderá ocorrer por ocasião da manifestação sobre o interesse em prorrogar o contrato, mesmo que a anualidade não tenha ocorrido.

15.5. Na hipótese do item anterior, os reajustes somente serão efetivados após a ocorrência da anualidade.

15.6. As partes poderão negociar a redução do percentual do reajuste.

15.7. Caso ocorra a prorrogação do contrato, sem manifestação formal sobre o interesse no reajuste, será presumido que a Contratada abdicou desse direito.

15.8. Para fins deste Contrato, será presumido a abdicação do direito de requerer o reajuste, nas seguintes hipóteses:

I - a prorrogação do instrumento sem registrar formalmente o pedido de reajuste antes da celebração do termo aditivo;

II - Não solicitação de reajuste até 90 (noventa) dias após a data que se completa a anualidade contratual;

15.9. Os reajustes deverão ser precedidos de requerimento apresentado pela CONTRATADA, acompanhado da memória de cálculo, observadas as disposições contidas neste Termo de Referência.

16. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E MATRIZ DE RISCOS

16.1. Considerando a INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES /ME Nº 65, DE 7 DE JULHO DE 2021, que estabelece parâmetros para a pesquisa de preços, podendo serem empregados de forma combinada ou não, esclarecemos que:

I) Para o 1º procedimento, nas consultas levadas a efeito nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, utilizando o Software "Fonte de Preços";

II) Para o 2º procedimento, nas aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório, não foram encontradas referências para o objeto pretendido;

III) Para o 3º procedimento, nas consultas levadas a efeito em dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso, também não foram encontradas referências para o objeto pretendido;

IV) Para o 4º procedimento, que trata sobre a pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, as cotações foram solicitadas por e-mail aos representantes das empresas, as propostas recebidas estão neste processo, DOC SEI n.º 21148.002353/2025-14 e a consolidação está no Mapa Comparativo de Preços, DOC SEI 13259262.

16.2. A alocação dos riscos inerentes à execução contratual observará o disposto na Matriz de Riscos constante do ANEXO III deste Termo de Referência, a qual integra o instrumento convocatório para todos os fins.

16.3. A responsabilidade pelas medidas preventivas, mitigatórias e contingenciais deverá observar a distribuição ali estabelecida, sem prejuízo das demais disposições contratuais e legais aplicáveis.

17. FISCALIZAÇÃO

17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelos fiscal técnico e fiscal administrativo.

17.2. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

17.3. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive

resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da Embrapa ou de seus empregados, conforme previsão do art. 47, § 2º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

17.4. A Embrapa, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

17.5. A Embrapa poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

17.6. A ausência de fiscalização por parte da Embrapa não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

17.7. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial ou por meio que garanta o registro do conteúdo e de seu recebimento.

17.7.1. A Contratada deverá confirmar o recebimento de e-mail, sempre que a comunicação se dê por esse meio.

17.8. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.

18. EXTINÇÃO DO CONTRATO

18. O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

a) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;

b) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;

c) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;

III. na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência da CONTRATADA;

VI. caso a CONTRATADA perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. caso a CONTRATADA seja impedida de contratar e licitar com a União, na forma do artigo 7º da Lei 10.520/2005;

X. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com a Embrapa;

XI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

XII. em razão da dissolução da CONTRATADA;

XIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

XIV. quando aplicada penalidade de Multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;

XV. quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste Contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento.

XVI. por determinação judicial.

XVII. Quando caso a Embrapa não disponha de orçamento suficiente para arcar com a manutenção do serviço, em razão de contingenciamento orçamentário.

18.1. Caracteriza o inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

18.2. Os casos de extinção contratual convencionados no caput desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interposição judicial.

19. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

19.1. A presente contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, processado em lote único (grupo único), reunindo todos os item de serviço de auditoria independente objeto deste Termo de Referência.

19.2. A adoção do critério de julgamento por grupo/lote único justifica-se pela natureza integrada e interdependente dos serviços de auditoria independente, que incidem sobre a mesma base contábil e fiscal, demandam planejamento único, avaliação consolidada de riscos e execução coordenada por uma mesma equipe técnica. A fragmentação do escopo poderia gerar duplicidade de esforços, sobreposição ou lacunas de responsabilidade, inconsistências metodológicas e risco de conflito de opiniões, comprometendo a qualidade e a integridade dos trabalhos, em desconformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis. Sob o aspecto econômico e administrativo, a contratação unificada promove maior eficiência, reduz custos indiretos, evita retrabalho e simplifica a gestão e a fiscalização contratual, prevenindo sobrepreço decorrente da precificação individualizada de custos fixos. Além disso, a manutenção de único auditor assegura uniformidade de critérios, continuidade técnica e adequada comparabilidade das demonstrações financeiras ao longo do período contratual, garantindo conformidade com a legislação societária, a Lei nº 13.303/2016 e as normas do CFC e, quando aplicável, da CVM. Assim, o agrupamento em lote único revela-se a solução mais eficiente, razoável e alinhada ao interesse público, sem restrição indevida à competitividade.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. As propostas de preços deverão ser encaminhadas conforme planilha constante no ANEXO II.

20.2. O Estatuto Social e informações sobre Governança, Código de Ética, Política de Integridade, Demonstrações Contábeis, Transparência, entre outras, podem ser obtidas no site da EMBRAPA: www.embrapa.br.

21. ANEXOS

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS E CRONOGRAMA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTOS

ANEXO II – TERMO DE SIGILO

ANEXO III - MATRIZ DE RISCOS

(Contratação para prestação de serviços de Auditoria Independente)

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS E CRONOGRAMA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTOS

Serviços	Data prevista da entrega do resultado	Valor	Data Prevista de Pagamento
1. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais 31 de março de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
2. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio, subsequente e ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
3. Asseguração Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
4. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
5. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal – ECF inerentes ao ano de 2025.	Até o 20º dia do mês de agosto do ano seguinte ao exercício auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
6. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao		Até o 10º do mês subsequente da entrega

	trimestre auditado		dos serviços
--	-----------------------	--	-----------------

7. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outra Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
8. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
9. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de fevereiro subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
10. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
11. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
12. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
13. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços

14. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal – ECF inerentes ao ano de 2026.	Até o 20º dia do mês de agosto do ano seguinte ao exercício auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
--	--	--	--

15. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
16. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
17. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
18. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de fevereiro subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
19. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
20. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
21. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto.		Até o 10º do mês subsequente da entrega

			dos serviços
22. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços

23. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal – ECF inerentes ao ano de 2027.	Até o 20º dia do mês de agosto do ano seguinte ao exercício auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
24. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
25. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
26. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
27. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de fevereiro subsequente ao trimestre auditado		Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços

ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE

ENTRE

A **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA**, doravante designada simplesmente **Embrapa**, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) da República Federativa do Brasil, criada pela Lei nº 5.851, de 12 de fevereiro de 1972, e regida pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo seu Estatuto aprovado por Assembleia Geral, inscrita no CNPJ sob nº 00.348.003/0001-10, com sede no Parque Estação Biológica – PqEB, s/nº, com sede no Parque Estação Biológica (PqEB), Avenida W3 Norte, final (s/nº), Brasília, Distrito Federal, CEP 77770-901, neste ato representada _____,

E

[Nome da empresa], inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, estabelecido na(o) _____, CEP _____, doravante denominado simplesmente [nome síntese da Empresa], neste ato representada por seu [nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador(a) da cédula de identidade RG nº _____ SSP/____ e do CPF nº _____, residente e domiciliado [endereço], CEP _____, endereço eletrônico <____@____>, doravante coletivamente denominados como “as Partes”, ou individual e indistintamente como “a Parte”, CONSIDERANDO QUE:

a) **Embrapa e [nome síntese da Empresa]** tem interesse em estudar uma possível parceria em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de agricultura e agronegócio e na comercialização dos respectivos produtos e tecnologias;

b) Para analisar a viabilidade da referida parceria, cada Parte poderá ter acesso a certas informações, incluindo, mas não limitada a dados e documentos confidenciais que fazem parte dos acervos técnicos, financeiros, corporativos e comerciais da Parte Provedora;

c) As Partes desejam proteger sua Informação Confidencial contra qualquer utilização, ou divulgação, não autorizada ou não controlada pela Parte Receptora;

Resolvem, em comum acordo, celebrar o presente **ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE**, como condição para a troca e a divulgação de Informação Confidencial e mediante cláusulas e condições a seguir:

1. INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

1.1 No âmbito deste Acordo, "Informação Confidencial" significa toda informação legalmente possuída ou de propriedade de uma das Partes, que é desconhecida da outra Parte ou de qualquer terceira parte exceto aquelas terceiras partes que também detenham título legítimo ou direitos de propriedade sobre a Informação, ou que tenham recebido tal Informação Confidencial consoante uma obrigação de confidencialidade, e que a Parte possuidora ou proprietária da informação deseja e está legalmente habilitada a revelá-la à outra Parte.

1.1.1 Toda e qualquer informação que se enquadre na definição acima e é revelada, transmitida e/ou divulgada por uma Parte à outra, por quaisquer meios, sejam estes orais, escritos, mecânicos, eletrônicos ou magnéticos, e podendo incluir, mas sem limitar-se a, invenções, projetos, segredos industriais, fórmulas secretas, novos produtos, descobertas de "know-how", métodos e processos, patenteados ou não, práticas comerciais e administrativas, planos societários, finanças, novas oportunidades de negócio, cópias, modelos, fluxogramas, programas de computador, data drives e mídias similares, nomes ou lista de clientes, nomes ou lista de fornecedores, parceiros, sócios e/ou outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, será doravante designada simplesmente como "Informação Confidencial", e será considerada sigilosa, confidencial, restrita e de propriedade exclusiva da Parte Provedora da informação.

1.1.2 Adicionalmente à definição contida na cláusula 1.1.1, são também consideradas “Informação Confidencial” todos os termos, condições e fatos relativos às discussões e negociações relacionadas a este Acordo e a notícia de existência de uma negociação em curso entre as Partes e a situação de tais negociações.

1.1.3 Integra o presente Acordo de Confidencialidade o ANEXO (modelo que acompanha este NDA), como instrumento aderente e implementador a este Acordo, o qual deverá ser preenchido e assinado previamente pelos representantes legais de ambas as Partes, e posteriormente anexado a este Acordo, sempre em que houver o interesse de efetiva troca das informações confidenciais pelas Partes, descrevendo de forma objetiva, concreta e minuciosa sobre os potenciais projetos de pesquisa, tecnologias, produtos e/ou processos que devam ser objeto de transmissão ou compartilhamento entre as Partes.

1.2 No âmbito deste Acordo, “Propósito de Revelação” significa exclusivamente o propósito de avaliar a viabilidade e oportunidade de um relacionamento de negócio entre as Partes para fins de projetos e atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação no campo da agricultura e do agronegócio e na comercialização dos respectivos produtos e tecnologias.

2. USO DA INFORMAÇÃO CONFIDENCIAL

2.1 As Partes concordam que a divulgação não autorizada, ou a utilização intencional ou não, de qualquer Informação Confidencial, listada no Anexo deste Acordo, inclusive qualquer uso ou divulgação fora do Propósito de Revelação, é altamente prejudicial à Parte que é titular da Informação. Por esta razão, cada uma das Partes concorda em só dispor da Informação Confidencial recebida da outra Parte com a finalidade única e exclusiva de atender ao Propósito de Revelação deste Acordo, conforme descrito na subcláusula 1.2.

2.2 As Partes mutuamente asseveram o seu reconhecimento da legitimidade do título da outra Parte sobre a respectiva Informação Confidencial na forma aqui acordada e comprometem-se a respeitar aqueles direitos e titularidade, e confirmam seu entendimento de que qualquer autorização que lhes seja outorgada sob este Acordo para poder ter acesso a tal Informação Confidencial não implicará em nenhum direito, título ou licença para o uso comercial ou não comercial a tal Informação Confidencial. Tais direitos, título ou licença só poderão ser outorgados se e quando um contrato escrito específico para tal fim for assinado pelos representantes legais de ambas as Partes.

2.3 As Partes obrigam-se a não utilizar a Informação Confidencial da outra Parte para uso, negócio ou pesquisa próprios ou de qualquer terceira parte, ou para cessão a quaisquer outros terceiros. Qualquer outro uso além daquele estritamente requerido para o alcance do Propósito de Revelação está vetado.

constantemente requerido para o alcance do Propósito de Revelação está vedado, exceto se a Parte Receptora da informação obtiver prévia autorização escrita através de um novo e específico contrato.

2.4 Não obstante o aqui acordado, uma das Partes pode revelar Informação Confidencial da outra Parte às suas Entidades Afiliadas que precisarem ter acesso à mencionada Informação Confidencial, desde que previamente a tal revelação tais Afiliadas comprometam-se em ficar obrigadas pelas disposições deste Acordo. A expressão “Entidade Afiliada” significará uma entidade controladora, controlada por, ou sob o controle comum de uma das Partes, sendo que a existência de “controle” será medida pela titularidade direta ou indireta de pelo menos cinquenta por cento (50%) das ações ou quotas de capital com direito a voto na eleição de Diretores, ou de pelo menos cinquenta por cento (50%) do total das participações no capital de uma pessoa jurídica que não adote o sistema de eleição para designação de seus diretores ou gerentes máximos, ou, ainda, do direito de designar pelo menos cinquenta por cento (50%) do total de administradores ou membros do Conselho de Administração, ou corpo dirigente da entidade.

2.5 As obrigações assumidas por cada Parte sob este Acordo incluem a respectiva responsabilidade por qualquer ato ou omissão praticado por suas Entidades Afiliadas, ou pelos respectivos empregados, diretores, gerentes, prepostos, advogados, assim como por quaisquer bolsistas, pessoas em treinamento ou estagiários trabalhando em suas dependências, e por empresa, associação ou instituição em que os Diretores ou Gerentes de uma das Partes possuam relevantes investimentos, ações ou interesses.

3. CONDIÇÕES DE REVELAÇÃO

3.1 A partir da assinatura do presente Acordo pelas Partes e pelo prazo de duração nele previsto, as Partes deverão:

3.1.1 Transmitir a Informação Confidencial somente a seus empregados, representantes, diretores, gerentes, prepostos, advogados e Entidades Afiliadas ou bolsistas, pessoas em treinamento e estagiários trabalhando em suas dependências, que tenham necessidade de tomar conhecimento de tal Informação Confidencial para fins de análise, avaliação, ou decisão concernente ao Propósito de Revelação, abstendo-se de divulgar Informação Confidencial a qualquer pessoa cujo acesso à referida Informação não seja requerido ou necessário.

3.1.2 Assegurar que seus empregados, representantes, diretores, gerentes, prepostos, advogados e Entidades Afiliadas ou bolsistas, pessoas em treinamento e estagiários trabalhando em suas dependências sejam devidamente conscientizados da natureza confidencial da informação sendo manuseada nas dependências da

empresa, seja ela ou não transmitida ou compartilhada com eles, orientando-os acerca das cautelas a serem tomadas para a preservação do respectivo sigilo e informando-os das obrigações assumidas por força do presente Acordo.

3.1.3 Exigir que seus empregados, representantes, diretores, gerentes, prepostos, advogados, Entidades Afiliadas ou bolsistas, pessoas em treinamento e estagiários trabalhando em suas dependências, se manusearem Informação Confidencial da outra Parte, utilizem o mesmo grau de cuidado e sigilo no manuseio daquela Informação Confidencial que aquele utilizado para informações confidenciais de propriedade da Parte Receptora da Informação.

3.1.4 Sempre que possível, revelar a seus empregados, representantes, diretores, gerentes, prepostos, advogados, Entidades Afiliadas ou bolsistas, pessoas em treinamento ou estagiários trabalhando em suas dependências, apenas aquela parte da Informação Confidencial necessária ao desempenho das respectivas tarefas, atribuições, ou à instrução de suas decisões.

3.2 Caso uma das Partes venha a ser obrigada por ordem judicial, ou por determinação legal a revelar Informação Confidencial recebida da outra Parte, a Parte Receptora da informação deverá tentar, em boa fé, comunicar imediatamente à outra Parte a exigência de que é destinatária, de modo que a Parte que é titular da informação possa, às suas próprias custas, intentar as medidas cabíveis para preservar a confidencialidade de tal informação. Contudo, a Parte Receptora da informação colaborará, sem assunção de custos, com a Parte Provedora da informação, na respectiva defesa e preservação.

3.3 Na eventualidade de qualquer atraso, insucesso, ou negativa judicial das medidas de defesa ou proteção tomadas pela Parte titular da informação, a Parte obrigada a revelar a Informação Confidencial compromete-se a revelar apenas aquela parcela da Informação Confidencial estritamente necessária para atender à determinação judicial, ou à disposição legal, envidando seus melhores esforços para que a Informação Confidencial receba tratamento sigiloso.

3.4 As Partes concordam que qualquer futuro contrato assinado por elas, ou entre quaisquer delas e as suas Entidades Afiliadas, deverá incluir cláusula de confidencialidade para a proteção da Informação Confidencial das Partes, com estipulações similares às contidas neste Acordo.

3.5 Independente de notificação judicial ou extrajudicial pela Parte Provedora, quando expirado o prazo deste Acordo, e em caso de extinção por qualquer outro motivo ou ainda quando uma decisão final tenha sido tomada com

respeito ao não interesse no conteúdo de uma Informação Confidencial, a Parte Receptora deverá devolver à Parte Provedora toda documentação, registros e material de suporte físico contendo a Informação Confidencial, incluindo quaisquer cópias, extratos, transcrições, resumos, cálculos, análises, estudos e elaborações feitas daquela informação, com exceção à cópia que deverá ser mantida em confidencialidade pela Parte Receptora somente para comprovar o cumprimento das cláusulas deste Acordo. Como alternativa, a Parte Receptora poderá, sob seu próprio risco e responsabilidade, destruir aqueles documentos, registros, matérias de suporte físico, cópias, extratos, transcrições, resumos, cálculos, análises, estudos ou elaborações, seja mediante destruição, seja apagando completamente a Informação Confidencial neles contida, contanto que, neste caso de destruição, envie comunicação escrita à Parte Provedora informando a data em que a destruição foi finalizada.

4. INFORMAÇÃO NÃO CONFIDENCIAL

4.1 O termo “Informação Confidencial” não inclui informação que:

4.1.1 Seja considerada de domínio público, ou tenha se tornado de conhecimento público, desde que sua revelação, publicidade, ou divulgação não tenha sido causada, de qualquer forma, por um ato ou omissão da Parte Receptora daquela Informação;

4.1.2 Já estava na posse da Parte Receptora antes de sua transmissão pela Parte Provedora;

4.1.3 Tenha sido obtida legalmente de um terceiro detentor de direito à sua divulgação na forma e para os propósitos em que foi divulgada;

4.1.4 Tenha sido desenvolvida pela Parte Receptora independentemente, ou em conjunto com terceiros que não tenham tido prévio acesso a, ou conhecimento da informação da Parte Provedora, ou que não tenham assumido obrigação de confidencialidade com relação a tal Informação;

4.1.5 Seja transmitida à Parte Receptora depois de que a Parte Provedora tenha sido notificada por escrito que não deseja mais receber Informação Confidencial, ou após a extinção deste Acordo, assegurado, porém, que, em todos os casos pertinentes, permanecerão válidas e obrigatórias as estipulações da Subcláusula 9.1 deste instrumento; e

4.1.6 Tenha sido revelada em observância de uma ordem judicial, ou de uma exigência legal manifestada pela autoridade competente, não obstante que a Parte Receptora deverá demonstrar haver cumprido tempestivamente as disposições das Subcláusulas 3.2 e 3.3.

5. PENALIDADES E INDENIZAÇÃO

5.1 As Partes acordam que a infração deste Acordo por qualquer das Partes, incluindo as infrações praticadas por outras Partes cujos atos e omissões uma das Partes acordou em responsabilizar-se na forma do estipulado na Subcláusula 2.5, sujeitará a Parte infratora a todas as responsabilidades, indenizações, sanções e/ou penalidades de natureza civil, comercial e criminal que possam ser aplicáveis nos termos da legislação aplicável, inclusive, mas sem limitar-se a, danos morais e lucros cessantes.

6. PROPRIEDADE INTELECTUAL

6.1 Nada neste Acordo será interpretado como assegurando à Parte Receptora qualquer licença ou direitos sobre a Informação Confidencial recebida sob sua égide, ou sobre o seu uso, exceto nos limites expressamente definidos no Propósito de Revelação. A Parte Receptora não postulará a obtenção de qualquer patente ou outra forma de proteção da propriedade intelectual que seja baseada em, ou no uso de qualquer Informação Confidencial recebida sob este Acordo.

7. GARANTIAS

7.1 Cada Parte garante que tem o direito de revelar a Informação Confidencial contemplada sob este Acordo. Nada neste Acordo será considerado como significando ou como garantia da precisão, segurança, ou utilidade, para qualquer propósito, de qualquer informação revelada sob este Acordo, inclusive, mas não se limitando a, todas as garantias implícitas de comercialização e de adequação a qualquer propósito.

8. VIGÊNCIA

8.1 Este Acordo de Confidencialidade terá duração de () ano contado a partir da data de sua assinatura, sendo que os efeitos da confidencialidade de informações descritos e devidamente assinados pelas Partes, na forma do ANEXO, deverão ser observados pelo prazo estipulado no item 9.1, abaixo (Prazo de Responsabilidade).

8.2 O direito da Parte Receptora em manusear e usar qualquer Informação Confidencial revelada sob este Acordo terminará ao final do prazo disciplinado de proteção dos efeitos estabelecido na Subcláusula 8.1.

9. PRAZO DE RESPONSABILIDADE

9.1 Toda Informação Confidencial transferida sob este Acordo e implementada na forma do ANEXO, será mantida como sigilosa pela respectiva Parte Receptora pelo prazo de dez (10) anos, período este iniciado após a data de

término da vigência deste Acordo. Este prazo fica aqui definido como o “Prazo de Responsabilidade”. Igualmente, todas as obrigações assumidas pelas Partes nas Cláusulas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12 e 13 permanecerão válidas e exigíveis durante a totalidade deste Prazo de Responsabilidade.

10. DIVULGAÇÃO

10.1 Todas as declarações, anúncios e/ou divulgações públicas, relativas a este Acordo por uma das Partes, inclusive sobre a existência, natureza e estado das discussões entre as Partes, dependerão do prévio consentimento escrito da outra Parte, com a única exceção da publicação legalmente requerida de seu extrato no Diário Oficial da União – DOU, e de qualquer outra publicidade obrigatória de atos legais dirigidos a assegurar a satisfação dos princípios constitucionais da publicidade e da transparência nos atos da Administração Pública Brasileira.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Nenhuma disposição contida neste Acordo poderá ser interpretada como obrigação de qualquer das Partes de celebrar contratos relativos ao Propósito de Revelação, ao uso da Informação Confidencial revelada ou à concessão de uma licença para manufaturar, usar, desenvolver, adaptar, validar, testar, produzir em escala, explorar, ou comercializar qualquer processo, material ou produto derivado de Informação Confidencial, ou o objeto de qualquer patente, ou pedido de patente, existente agora ou no futuro.

11.2 Nada contido neste Acordo poderá ser objeto de cessão ou transferido por qualquer Parte sem o prévio consentimento escrito da outra Parte, inclusive nenhuma das Partes pode, sem consentimento prévio da outra Parte, ceder os termos deste Acordo a qualquer adquirente de todos ou substancialmente todos os ativos na linha de negócio a que este Acordo se refere, ou a qualquer empresa sucessora que resulte da fusão, reincorporação ou consolidação de tal Parte, ou com o adquirente de tais ativos ou da empresa. Após o consentimento da outra Parte, a cessão, os direitos e obrigações decorrentes do presente Acordo serão vinculativos e reverterão em benefício do referido adquirente ou sucessor. Contudo, em todos os casos, o direito de usar a Informação Confidencial dependerá de prévia comunicação por escrito daquele que foi beneficiário da cessão ou transferência do Acordo à Parte Provedora da Informação Confidencial, fazendo referência a este Acordo e ratificando sua aceitação de todas as obrigações e responsabilidades aqui contidas, inclusive a limitação de uso exclusivamente para o Propósito de Revelação.

11.3 Caso a Parte Provedora não consinta com o compartilhamento das Informações Confidenciais, a Parte Receptora deverá devolver à Parte Provedora todos os documentos que contenham Informações Confidenciais.

11.4 Este Acordo contém a totalidade dos entendimentos e compromissos das

11.4 Este Acordo contém a totalidade dos entendimentos e compromisso das Partes com respeito ao assunto aqui tratado. Nenhuma alteração deste Acordo será considerada válida e eficaz caso não seja acordada por escrito pelas Partes.

11.5 A falta ou atraso no exercício de qualquer direito, faculdade ou privilégio estabelecido neste Acordo, por qualquer das Partes, não poderá ser interpretado como abdicação desses direitos. Da mesma forma, o exercício parcial de um direito estabelecido neste Acordo, não poderá ser interpretado como excludente de qualquer outro exercício adicional da totalidade daquele mesmo direito, ou de quaisquer outros direitos prescritos neste Acordo.

11.6 Na hipótese de qualquer disposição, estipulação, termo, cláusula, ou condição deste Acordo ser declarado nulo ou inexecutível, tal nulidade ou inexecutibilidade não afetará a plena validade e executibilidade de quaisquer das outras disposições, estipulações, termos, cláusulas, ou condições aqui contidas, as quais permanecerão em pleno vigor e efeito.

12. LEI APLICÁVEL E JURISDIÇÃO

12.1 Tendo em consideração a natureza e requerimentos legais da Embrapa, como instituição da Administração Pública Federal indireta do Brasil, as Partes acordam em que este Acordo ficará sujeito e será interpretado de conformidade com as leis substantivas e procedimentais brasileiras e, também que quaisquer disputas, controvérsias, ou contencões relativas a este Acordo, que não possam ser resolvidas amigavelmente pelas Partes, deverão ser submetidas à jurisdição da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, Brasil, com renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja ou venha a ser.

12.2 Não obstante a eleição da jurisdição estipulada acima, e sem qualquer limitação a aquela eleição e ao uso da jurisdição eleita, as Partes acordam em que, em caso de disputas, controvérsias ou contencões relativas a este Acordo ou a qualquer de suas disposições e condições, elas empreenderão seus melhores esforços para resolver a disputa, controvérsia, ou contencão de forma amigável, sem recurso ao Judiciário.

13. EFICÁCIA

13.1 Na forma do que requer a Lei Brasileira para as instituições da Administração Pública Federal, não obstante todos os direitos e obrigações aqui comprometidos sejam considerados válidos a partir da data de início de vigência deste Acordo, a eficácia e, por conseguinte, o exercício daqueles direitos e obrigações dependerá da publicação do extrato deste Acordo no Diário Oficial da União, cuja providência ficará a cargo da EMBRAPA.

14. DADOS PESSOAIS

14.1 As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas neste item aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.

14.2 As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.

14.3 A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.

14.4 A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.

14.5 A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.

14.6 A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois) dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

14.7 A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

14.8 As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Embrapa e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

14.9 As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações.

14.10 Em nenhuma hipótese uma Parte será responsabilizada pelo Tratamento de Dados Pessoais realizado pela outra parte, não havendo solidariedade entre as partes.

15. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA

15.1 As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

15.2. Estando assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as Partes assinam por meio eletrônico, de acordo com as normas internas da Embrapa (Deliberação nº 19, de 10.08.2021 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC), ou certificação digital conforme disposto no Código de Processo Civil, o presente Instrumento, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas, encaminhando cópia do documento devidamente assinado a outra parte após o registro no SAIC.

Pela EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa:

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____

E

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____

Pela (*nome síntese da Empresa*):

Nome: _____

Cargo: _____

Data: _____

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO

INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS

Este Anexo, devidamente assinado pelas Partes, com representação jurídica (procuração ou outro tipo de documento que legitime juridicamente a Parte e que ora acompanha o presente instrumento), adere e integra, em todos os seus termos e condições, o “Acordo de Confidencialidade” firmado entre a **Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa** e o(a) **[nome síntese da Empresa]**, firmado em / / , registrado no SAIC sob o nº , bem como tramitado no processo SEI nº .

Descrição: (descrição detalhada, redigida de forma objetiva e minuciosa, com clara explicação daquilo que está sendo considerado entre as Partes como “informações confidenciais” e que serão compartilhadas, referentes a projetos de pesquisa, tecnologias, produtos e/ou processos, entre outros que se entender necessário, destacando igualmente os meios de transmissão, na forma do item 1.1.1. do Acordo de Confidencialidade).

1. _____;

2. _____.

...

As Partes, inclusive suas testemunhas, reconhecem a forma de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitida pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Estando assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as Partes assinam por meio eletrônico, de acordo com as normas internas da Embrapa (Deliberação nº 19, de 10.08.2021 - SEI e DD nº 2, de 05.02.2019 - SAIC), ou certificação digital conforme disposto no Código de Processo Civil, o presente Instrumento e os dele derivados, encaminhando via do documento devidamente assinado à outra Parte.

OU

Tratando-se de vias impressas, estando as Partes deste Acordo, para o mesmo efeito de direito, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

_____ [cidade], ____ [dia] _____ [mês], de ____ [ano]

(No caso da minuta impressa a data deverá ser inserida no documento, caso o instrumento seja assinado pelo SEI a vigência começa a contar da data da última assinatura ao instrumento)

Pela **EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa:**

Unidade da Embrapa _____

(Nome)

(Função)

Embrapa

(Nome)

(Função)

Embrapa

E

Pela(o) (nome síntese da Empresa):

(Nome)

(Cargo)

TESTEMUNHAS:

1.

2.

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO III - MATRIZ DE RISCOS

1. Critérios de Classificação

Probabilidade:

- Baixa – Evento improvável durante a execução contratual
- Média – Evento possível de ocorrer
- Alta – Evento com alta chance de ocorrência

Impacto:

- Baixo – Impacto reduzido, sem comprometimento relevante do objeto
- Médio – Impacto com necessidade de ajustes contratuais
- Alto – Impacto significativo no cumprimento do objeto ou risco institucional

Nível de Risco:

- Baixo – Monitoramento
- Moderado – Acompanhamento ativo
- Alto – Controle rigoroso e medidas preventivas reforçadas

2. Matriz de Riscos

ID	Risco	Prob.	Impacto	Nível	Responsável	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência
1	Contratação com preço acima da média de mercado (sobrepçoço)	Baixa	Alto	Moderado	Contratante	Pesquisa formal de preços; justificativa técnica do valor estimado; análise jurídica prévia	Revisão do orçamento; eventual anulação do certame; apuração de responsabilidade
2	Atraso na execução dos serviços	Média	Alto	Alto	Contratada	Definição de cronograma detalhado; reuniões periódicas; fiscalização ativa	Aplicação de penalidades; reprogramação justificada; eventual rescisão contratual
3	Má execução técnica dos serviços	Média	Alto	Alto	Contratada	Critérios objetivos de aceitação; exigência de qualificação técnica; acompanhamento técnico	Glosa de pagamentos; determinação de refazimento; aplicação de sanções
4	Pagamento por serviços não executados ou parcialmente executados	Baixa	Alto	Moderado	Contratante	Atesto técnico formal; vinculação do pagamento às entregas; conferência documental	Glosa ou restituição; instauração de processo administrativo de apuração
5	Vazamento de dados e informações sigilosas	Baixa	Alto	Moderado	Contratada	Assinatura de Termo de Sigilo; controle de acesso; observância à LGPD	Comunicação formal imediata; apuração de responsabilidade; ressarcimento de danos
6	Passivo trabalhista ou previdenciário	Baixa	Médio	Baixo	Contratada	Vedação de subordinação direta; fiscalização documental	Responsabilização exclusiva da contratada; direito de regresso, se cabível

3. Disposição Final

3.1. A alocação dos riscos inerentes à execução contratual observará a presente Matriz de Riscos, a qual integra o instrumento convocatório para todos os fins. A gestão dos riscos será acompanhada pela fiscalização contratual, podendo ser adotadas medidas preventivas e corretivas nos termos da legislação aplicável e das cláusulas contratuais.

ANEXO II – MODELO PARA A PROPOSTA

Em atendimento ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90.002/2026 - EMBRAPA-SEDE, apresento nossa proposta de preço para Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Independente, conforme abaixo especificado:

LOTE 01	ITEM	SERVIÇOS	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
	01	1. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais 31 de março de 2026.		
	02	2. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2026.		
	03	3. Asseguração Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2026.		
	04	4. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2026.		
	05	5. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2025.		
	06	6. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2026.		
	07	7. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outra Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2026.		
	08	8. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2026.		

09	9. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2026.		
10	10. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2027.		
11	11. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2027.		
12	12. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2027.		
13	13. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2027.		
14	14. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2026.		
15	15. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2027.		
16	16. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2027.		
17	17. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2027.		
18	18. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2027.		
19	19. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2028.		
20	20. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2028.		
21	21. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2028.		

22	22. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2028.		
23	23. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2027.		
24	24. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2028.		
25	25. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2028.		
26	26. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2028.		
27	27. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2028.		
	TOTAL DO LOTE 01 (SOMATÓRIO ITENS 01 A 27) ⇒	⇒⇒⇒⇒⇒⇒⇒⇒	

V. PROCESSO LICITATÓRIO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

Preço total GERAL da proposta R\$ _____ (por extenso)

Prazo de validade da proposta: _____ (se outro prazo não seja estipulado, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias).

Prazo para entrega dos produtos: Conforme estabelecido nos Anexos deste Edital .

A entrega dos produtos para a Embrapa ocorrerá de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital .

Oferecemos garantia de validade dos produtos pelo prazo de _____.

Estão inclusos no preço todos os custos e despesas, tais como e sem se limitar a: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais e encargos sociais.

Estamos cientes e aceitamos as condições do Edital, especialmente as fixadas para pagamento e entrega dos produtos, contidas na minuta do contrato.

V. Banco: _____ Agência: _____ Conta Corrente: _____

Local e data

Diretor ou representante legal - Identidade

Nome legível/Carimbo da empresa

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO SOBRE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.303/2016

Declaramos, sob as penalidades da lei, que a empresa _____, da qual somos representantes credenciados, não se enquadra em nenhum dos impedimentos previstos nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

.....de..... de ____.

ANEXO IV – INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE , QUE ENTRE SI CELEBRAM A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA E A EMPRESA _____

A EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – Embrapa Sede, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA, criada por força da Lei nº 5.851, de 07.12.72, Estatuto alterado pela 29ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 29 de abril de 2025 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de abril de 2025, edição nº 81, Seção 1, página 267, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.348.003/0001-10, sediada em Brasília - DF, endereço: Parque Estação Biológica - PqEB, s/nº, doravante designada simplesmente **EMBRAPA**, neste ato representada por seu Gerente Geral de Administração - GADM, Sr. **TENISSON WALDOW DE SOUZA**, brasileiro, CPF nº xxx.xxx.xxxx, designado pela Portaria nº 1717 publicada no BCA nº 51 de 04/10/2024 em conjunto com a Gerente-Adjunta de Gestão de Pessoas - GADM/GGP, Sra. **GISELE BITTARELLO**, brasileira, CPF nº XXXX, designada pela Portaria nº _____, de _____ - BCA _____, cujos poderes foram delegados pela Deliberação nº 28, de 10/12/2024 - BCA nº 63, de 16/12/2024, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita do CNPJ/MF sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, sediada na _____, doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por seu/sua _____, Sr. _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF nº _____, tendo em vista o Pregão Eletrônico Nº. 9009/2025 – Embrapa - SEDE, realizado em _____, resolveram celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE**, que se regerá pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios, disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoainformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#), e pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de:

1. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais a findarem em 31 de dezembro de 2026, 2027, 2028, a serem elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas públicas, que compreendem os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPCs, as normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as disposições contidas na Lei nº 6.404, de 1976 e suas alterações e as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras;
2. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada exercício social sobre os quais serão realizados trabalhos de asseguração razoável.
3. O objeto da presente contratação é composto dos seguintes itens:

Serviços	Data prevista da entrega do resultado	Data Prevista de Pagamento
1. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais 31 de março de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
2. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio, subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
3. Asseguração Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
4. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
5. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2025.	Até o 20º dia do mês de agosto do ano seguinte ao exercício auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
6. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
7. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outra Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços

8. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
9. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2026.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de fevereiro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
10. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
11. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
12. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
13. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
14. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2026.	Até o 20º dia do mês de agosto do ano seguinte ao exercício auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
15. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
16. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
17. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
18. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2027.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de fevereiro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
19. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
20. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de maio subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
21. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
22. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de agosto subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
23. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2027.	Até o 20º dia do mês de agosto do ano seguinte ao exercício auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços

24. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
25. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de novembro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
26. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício auditado.	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços
27. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2028.	Até o 15º (décimo quinto) dia do mês de fevereiro subsequente ao trimestre auditado	Até o 10º do mês subsequente da entrega dos serviços

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL

2. O presente contrato fundamenta-se na Lei n.º 13.303/2016, na Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e e pela Norma nº 037.011.003.001 (Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, D.O.U. 22/4/2024, Ed. 77, Seção:1, pg. 6, que vincula-se para todos os fins de direito ao processo de contratação SEI nº _____ e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos, na legislação vigente correlata à presente contratação, das normas técnicas que estabeleçam padrões de execução do objeto contratual, constituem obrigações da CONTRATADA:

1. Prestar, nos prazos determinados no item 5 “PRAZOS E ENTREGAS”, os serviços previstos com a emissão dos relatórios redigidos em conformidade com os normativos emanados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pelo Instituto de Auditores Independentes do Brasil – IBRACON, demais normas e procedimentos aplicáveis e legislação específica, inclusive aquelas emanadas pelos órgãos de fiscalização do exercício profissional do auditor independente, em conformidade com a legislação vigente e/ou que venha ser editada;
2. Prestar assistência à EMBRAPA através de comparecimento do sócio e/ou gerente habilitado da CONTRATADA responsável pelos trabalhos objeto deste Termo de Referência nas reuniões do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário para prestar informações sobre os dados contidos nos relatórios emitidos objeto desta contratação, quando previamente convocada;
3. As cartas de circularização deverão ser solicitadas à EMBRAPA pela CONTRATADA em tempo hábil para que sejam cumpridos os prazos de emissão dos Relatórios de Auditoria Independente objeto deste Termo de Referência.
- 3.1. As respostas aos pedidos realizados nas cartas de circularização que não forem recebidas pela CONTRATADA em até 20 (vinte) dias antes do prazo estabelecido, deverão ser formalmente comunicados à EMBRAPA para as providências cabíveis;
4. A relação e discriminação das qualificações técnicas dos profissionais, que participarão da execução dos trabalhos, será especificada e apresentada por ocasião da celebração da apresentação da proposta;
- 5 O relatório da última Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, referido no parágrafo 40 da NBC PA 11 de 08.12.2017 deverá ser apresentado por ocasião da apresentação da proposta.
6. A CONTRATADA deverá relacionar os profissionais que integrarão a Equipe Técnica que executará os serviços objeto da contratação, com indicação das funções no desenvolvimento dos serviços (Sócio ou Diretor, Sênior ou Supervisores, Gerentes).
- 6.1. A equipe indicada pela CONTRATADA conforme o item 6.2.6 deve ser a mesma que irá trabalhar em campo, descritas no item 6.2.9.
- 6.2. Admissão de substituição dos profissionais elencados e aprovados para os trabalhos de campo na Embrapa por profissionais de experiência equivalente ou superior, comprovados mediante cópia de carteira de trabalho e/ou atestado(os) ou certidão(ões) de experiência, desde que aprovada pela Embrapa, mediante requisição formal encaminhada com antecedência mínima de 15 dias úteis anteriores ao início da revisão trimestral.
7. A CONTRATADA deverá apresentar à EMBRAPA declaração individual de sigilo e ausência de interesses conflitantes com a independência nos trabalhos a serem executados, de cada um dos profissionais que integram as equipes técnicas.
8. Efetuar os esclarecimentos, se necessários, em até 02 (dois) dias úteis após solicitação formal através de memorando, e-mail ou qualquer outro tipo de comunicação oficial da empresa;
9. Disponibilizar, nos termos que regulam a profissão do auditor, os papéis de trabalho e outros documentos que tenham servido de base para emissão dos Relatórios de asseguração limitada sobre as Demonstrações Contábeis intermediárias e razoável do exercício social, relativas aos períodos abrangidos pelo contrato e para elaboração dos demais Relatórios.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA Embrapa

Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento, em seus anexos ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, constituem obrigações da Embrapa:

1. Obriga-se a EMBRAPA a facilitar aos funcionários da CONTRATADA o livre acesso às áreas dos prédios e correspondentes instalações onde serão executados os serviços bem como o fornecimento de informações, documentações e assistência necessária ao bom desempenho dos serviços;
2. Os acessos aos funcionários às dependências da EMBRAPA estarão condicionados ao envio prévio da identificação dos mesmos;
3. Entregar o material e informações requisitado para a execução dos trabalhos em até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis da data de sua solicitação, por meio de plataforma de compartilhamento de dados que ofereça segurança e restrição de acesso por terceiros não envolvidos nos trabalhos de auditoria às informações disponibilizadas;
4. Caso haja atraso, pela EMBRAPA, na disponibilização dos materiais e informações requisitados, em que possa comprometer o prazo de execução da etapa, deverá ser acrescido o número de dias de atraso no prazo final para entrega da respectiva etapa.

CLÁUSULA QUINTA – NÍVEIS DE SERVIÇO

5. Os serviços contratados deverão ser executados de acordo com os padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho estipulados pela Embrapa, observados os níveis de serviço descritos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

5.1. O descumprimento dos níveis de serviço acarretará a aplicação dos índices de redução do preço previstos no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Contrato, quando cabíveis.

CLÁUSULA SEXTA – LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6. A execução do objeto contratado respeitará as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta apresentada pela CONTRATADA, respectivamente, Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CONFIDENCIALIDADE

7. A CONTRATADA não poderá fazer uso do nome Embrapa, da marca Embrapa, da expressão “a serviço da Embrapa” ou expressões similares, em especial em propagandas, em seu Website, uniformes, veículos, ferramentas e equipamentos, de propriedade ou não da CONTRATADA, salvo quando prévia e expressamente autorizada, por escrito, pela Embrapa.

7.1. Qualquer informação obtida pela Contratada, de informação, produto, processo, da Embrapa, confidencial ou não, em razão da prestação do serviço, deverá ser mantida em sigilo.

7.2. A Contratada deverá garantir que seus empregados mantenham sigilo das informações obtidas em razão da prestação de serviços.

7.3. A divulgação de qualquer informação ou utilização da marca Embrapa, pela contratada, seus empregados, prepostos ou terceirizados, de forma indevida, gerará a multa compensatória equivalente ao valor global deste Contrato, na forma do artigo 412 do Código Civil, sem prejuízo de perdas e danos, eventualmente apurados e das demais penalidades previstas neste instrumento

7.4. O valor da multa estabelecida será devida em relação à cada informação divulgada.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8. O crédito pelo qual ocorrerá a despesa do presente Contrato, consta na proposta orçamentária da Embrapa para o exercício de _____, correndo à conta da Fonte de Recursos _____, Natureza de Despesa _____, Nota de Empenho nº _____, de ____/____/____.

8.1. As despesas para exercícios futuros, se for o caso, correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas por meio de apostilamento, mediante o respectivo empenho.

CLÁUSULA NONA - DO VALOR

9. O Valor Global deste contrato é de R\$ _____, conforme composição abaixo:

ITEM	SERVIÇOS	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	1. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais 31 de março de 2026.		
02	2. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2026.		
03	3. Asseguração Limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2026.		
04	4. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2026.		
05	5. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2025.		
06	6. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2026.		
07	7. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outra Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2026.		
08	8. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2026.		

09	9. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2026.		
10	10. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2027.		
11	11. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2027.		
12	12. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2027.		
13	13. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2027.		
14	14. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2026.		
15	15. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2027.		
16	16. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2027.		
17	17. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2027.		
18	18. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2027.		
19	19. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 31 de março de 2028.		
20	20. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do primeiro trimestre de 2028.		
21	21. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de junho de 2028.		
22	22. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do segundo trimestre de 2028.		
23	23. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas da Escrituração Contábil Digital – ECD e da Escrituração Contábil Fiscal - ECF inerentes ao ano de 2027.		
24	24. Asseguração limitada das Demonstrações Contábeis Intermediárias trimestrais e 30 de setembro de 2028.		

25	25. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do terceiro trimestre de 2028.		
26	26. Asseguração razoável das Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas do exercício social a se findar em 31 de dezembro de 2028.		
27	27. Revisão dos procedimentos utilizados no preenchimento e das transmissões realizadas para o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, Escrituração Fiscal Digital – EFD Contribuições, Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais EFD-Reinf e E-Social do quarto trimestre de 2028.		

9.1. A CONTRATADA declara que nos preços propostos para a execução dos serviços foram considerados todos os custos, insumos, despesas ordinárias diretas e indiretas, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação para cumprir as disposições contratuais até o termo final deste Contrato, não cabendo reivindicações a título de revisão de preço, compensação ou reembolso.

9.2. Na hipótese de o objeto ser, a critério da Embrapa, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

9.3. Caso a Embrapa não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à CONTRATADA.

9.4. A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DEZ – DO PAGAMENTO

10. O pagamento será efetuado em até ____ (____) dias corridos, contados a partir do recebimento do serviço pela Embrapa, conforme cronograma de execução estabelecido, mediante apresentação da Nota Fiscal, a qual deverá ser apresentada, preferencialmente, em 2 (duas) vias, contendo os dados bancários completos (nº do Banco, da Agência e da conta corrente).

10.1. O pagamento será realizado através de Ordem de Pagamento Bancária, nos termos dos dados bancários especificados na Nota Fiscal.

10.2. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente incorreções, o prazo de pagamento será reiniciado, contado a partir da data da sua regularização.

10.3. Caso não haja expediente na **Embrapa** no dia do vencimento da Nota Fiscal/fatura, fica o pagamento prorrogado para o 1º dia útil subsequente.

10.4. Nenhum pagamento será feito à **Contratada** antes de paga a multa que lhe tenha sido aplicada, salvo se a contratada concordar com a compensação de valores.

10.5. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, evitando, assim, efeitos tributários sobre valor glosado pela Administração.

10.6. A suspensão do pagamento não autoriza a paralisação dos serviços, estando a **CONTRATADA** sujeita às penalidades cabíveis por inadimplemento, bem como a responder pelos danos e prejuízos decorrentes, se assim proceder.

10.7. A **Embrapa** não acatará a negociação de duplicatas com bancos ou outras instituições financeiras.

10.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter as seguintes informações:

- a) o valor a pagar;
- b) descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;
- c) os dados do contrato, como número de registro;
- d) período de referência da execução do objeto;
- e) prazo de Validade;
- f) data da emissão;
- g) nome e número do CNPJ da CONTRATADA, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;
- h) nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
- i) nome e número do banco e da agência, bem como o número da conta corrente da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
- j) tomador do serviço: Nome da Unidade da Embrapa tomadora do serviço;
- k) CNPJ do tomador do serviço: _____;
- l) local de execução do objeto, emitindo-se um documento fiscal ou equivalente legal para cada Município em que o serviço seja prestado, se for o caso;
- m) código do serviço, nos termos da lista anexa à Lei Complementar nº 116/2003, em concordância com as informações inseridas na Declaração de Informações para Fornecimento - DIF;
- n) número de inscrição do contribuinte individual válido junto ao INSS (NIT ou PIS/PASEP); e
- o) destaque das retenções tributárias aplicáveis, conforme estabelecido na DIF.

10.9. Os pagamentos a serem efetuados em favor do CONTRATADO estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela CONTRATADA. Em casos de dispensa ou benefício fiscal que implique em redução ou eliminação da retenção de tributos, o CONTRATADO fornecerá todos os documentos comprobatórios.

10.10. Caso a CONTRATADA emita documento fiscal ou equivalente legal autorizado por Município diferente daquele onde se localiza o estabelecimento da Embrapa tomadora do serviço e destinatário da cobrança, deverá providenciar o cadastro junto à Secretaria Municipal de Fazenda ou órgão equivalente do Município do estabelecimento tomador, salvo quando se aplicar uma das exceções constantes dos incisos do artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 116/03. A inexistência desse cadastro ou o cadastro em item diverso do faturado não constitui impeditivo ao processo de pagamento, mas um ônus a ser suportado pela CONTRATADA, uma vez que a Embrapa está obrigada a reter na fonte a quantia equivalente ao ISS dos serviços faturados, conforme legislação aplicável.

10.11. O documento fiscal ou equivalente legal emitido pela CONTRATADA deverá estar em conformidade com a legislação do Município onde a CONTRATADA esteja estabelecida, cuja regularidade fiscal foi avaliada na etapa de habilitação, e com as normas regulamentares aprovadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, especialmente no que tange à retenção de tributos, sob pena de devolução do documento e interrupção do prazo

para pagamento.

10.12. Ao documento fiscal ou equivalente legal deverão ser anexados:

- a) certidões de regularidade fiscal exigidas na fase de habilitação;
- b) comprovante de que a CONTRATADA é optante do Simples Nacional, se for o caso;
- c) em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
- d) demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado;

10.13. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a Embrapa poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Embrapa, o valor devido será acrescido de atualização financeira, e sua apuração ocorrerá desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento. Nesse caso, os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e aquela do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA ONZE – DO REAJUSTE

11. O reajuste de preços, na forma prevista na legislação, poderá ser requerido pela CONTRATADA a cada período de 12 (doze) meses, sendo o primeiro contado do dia ____/____/____, (data de apresentação da proposta), e os seguintes, do fato gerador anterior, adotando-se para tanto a aplicação a do Índice ____ (____), divulgado pelo _____, ou outro índice que vier a substituí-lo, sobre o preço referido na Cláusula de Preço deste Instrumento.

11.1. O direito ao reajuste será constituído após o período de 12 meses, a contar das seguintes datas-base:

- a) O primeiro reajuste terá como data base a data da apresentação da proposta, por ocasião da licitação;
- b) Os reajustes subsequentes terão por data-base a data da formalização do pedido do último reajuste.

11.2. Os efeitos financeiros dos reajustes retroagirão à data de apresentação do pedido de reajuste.

11.3. a manifestação sobre o reajuste poderá ocorrer por ocasião da manifestação sobre o interesse em prorrogar o contrato, na forma do subitem 19.3 deste instrumento, mesmo que a anualidade não tenha ocorrido.

11.4. Na hipótese do item anterior, os reajustes somente serão efetivados após a ocorrência da anualidade.

11.5. As partes poderão negociar a redução do percentual do reajuste.

11.6. Caso ocorra a prorrogação do contrato, sem manifestação formal sobre o interesse no reajuste, será presumido que a Contratada abdicou desse direito.

11.7. Para fins deste Contrato, será presumido a abdicação do direito de requerer o reajuste, nas seguintes hipóteses:

I - a prorrogação do instrumento sem registrar formalmente o pedido de reajuste antes da celebração do termo aditivo;

II - Não solicitação de reajuste até 90 (noventa) dias após a data que se completa a anualidade contratual;

CLÁUSULA DOZE – MATRIZ DE RISCOS

12. A Embrapa e a CONTRATADA, tendo como premissa a obtenção do melhor custo contratual mediante a alocação do risco à parte com maior capacidade para geri-lo e absorvê-lo, identificam os riscos decorrentes da relação contratual e, sem prejuízo de outras previsões contratuais, estabelecem os respectivos responsáveis na Matriz de Riscos constante do Anexo IV deste Contrato, se for o caso.

12.1. É vedada a celebração de aditivos visando o reequilíbrio econômico financeiro do contrato decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA TREZE – GARANTIA CONTRATUAL

13. A CONTRATADA prestará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da Contratação, garantia contratual no percentual de 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, sob pena de aplicação de penalidade nos termos deste instrumento, observadas as condições para sua aceitação estipuladas nos incisos abaixo, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais.

I. Caução em dinheiro: deverá ser depositada em favor da Embrapa, de acordo com as orientações que serão fornecidas quando da referida convocação;

II. Seguro Garantia: a Apólice de Seguro deverá ser emitida por Instituição autorizada pela SUSEP a operar no mercado securitário, que não se encontre sob regime de Direção Fiscal, Intervenção, Liquidação Extrajudicial ou Fiscalização Especial, e que não esteja cumprindo penalidade de suspensão imposta pela SUSEP:

a) O Instrumento de Apólice de Seguro deve prever expressamente:

a.1) responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA - ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação da expectativa de sinistro ou do efetivo aviso de sinistro, observados os prazos prescricionais pertinentes.

III. Fiança Bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por Instituição Financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN para funcionar no Brasil e que não se encontre em processo de liquidação extrajudicial ou de intervenção do BACEN:

a) O Instrumento de Fiança deve prever expressamente:

a.1) renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil;

a.2) vigência pelo prazo contratual;

a.3) prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir do término da vigência contratual, para apuração de eventual inadimplemento da CONTRATADA -

ocorrido durante a vigência contratual -, e para a comunicação do inadimplemento à Instituição Financeira, observados os prazos prescricionais pertinentes.

13.1. O prazo previsto para a apresentação da garantia poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pela CONTRATADA durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Embrapa.

13.2. Havendo majoração do preço contratado, decorrente de reajuste, repactuação ou revisão de preços causada por alterações na legislação tributária, deverá ocorrer a atualização da garantia.

13.3. Nos casos que demandem a complementação ou renovação da garantia, tais como alteração do objeto (aditivo quantitativo ou qualitativo), prorrogação contratual, dentre outros, a CONTRATADA deverá providenciá-la no prazo de 10 (dez) dias a contar da data do fato gerador.

13.4. Sempre que o contrato for garantido por fiança bancária ou seguro garantia, a CONTRATADA deve obter do garantidor anuência em relação à manutenção da garantia, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do aditivo ou recebimento de carta de apostilamento, conforme o caso.

13.5. Recusando-se o garantidor a manter a garantia, cabe ao CONTRATADO obter nova garantia no mesmo prazo da apresentação da garantia original.

CLÁUSULA QUATORZE – CONDUTA ÉTICA DAS PARTES

14. A CONTRATADA e a Embrapa comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

14.1. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive:

I. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

II. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da Embrapa na execução do objeto do presente Contrato;

III. providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou de empregado da Embrapa, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

IV. observar a Política para Transações com Partes Relacionadas e o Código de Ética da Embrapa vigentes ao tempo da contratação, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

V. adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

14.2. Verificada uma das situações mencionadas nos incisos II e III do Parágrafo Primeiro desta Cláusula, compete à CONTRATADA afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à Embrapa, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

CLÁUSULA QUINZE - DAS PENALIDADES

15. O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações contratuais assumidas, ou a infringência dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das seguintes penalidades:

I - advertência, por escrito, sempre que forem constatadas falhas de pouca gravidade;

II - Pelo atraso na entrega do objeto (produtos e/ou serviços) em relação ao prazo estipulado, sujeitar-se-á a CONTRATADA ao pagamento de multa de mora calculada à razão de 1% (um por cento) ao dia (dia corrido), sobre o valor global mensal, até o limite de 30%, o que poderá levar à rescisão deste Contrato;

III - Pela não entrega do objeto (produtos e/ou serviços), caracterizada por atraso igual ou superior a 30 (trinta) dias sem que haja manifestação aceita pela Embrapa ou por qualquer outra infração que leve à rescisão contratual sujeitar-se-á a CONTRATADA, além da multa de mora apurada, ao pagamento de multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total deste Contrato;

15.1. Sem prejuízo das multas e demais penalidades cabíveis, a depender da gravidade da conduta punível, a Contratada poderá ser penalizada com sanção de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa, de que trata o inciso III, art. 83, da Lei n.º 13.303/16, por até 2 (dois) anos;

15.2. A penalidade de suspensão do direito de licitar e de contratar com a Embrapa também poderá ser aplicada às sociedades ou profissionais que:

I. tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II. tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Embrapa em virtude de atos ilícitos praticados.

15.3. As multas acima estabelecidas podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 50% (cinquenta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

15.4. As sanções de natureza pecuniária serão executadas observando-se a seguinte prioridade:

I - Recolhidas à Conta Única da União, por meio de G.R.U, espontaneamente;

II - Executadas das garantias prestadas;

III - Compensadas com créditos que, eventualmente a CONTRATADA tenha a receber;

IV - formas de cobrança previstos em Lei;

15.5. A Embrapa poderá combinar os métodos de liquidação das penalidades pecuniárias, visando a integralidade dos valores devidos e poderá reter créditos suficientes para o pagamento de eventuais multas e penalidades pecuniárias, até que seja concluído o processo de aplicação de penalidades.

15.6. As penalidades previstas não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados.

15.7. As partes concordam e reconhecem a legitimidade do processo de aplicação penalidade, cujo rito será o seguinte:

15.8. A aplicação de penalidades observará o PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO – PAA, constante do Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DA FISCALIZAÇÃO

16. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido pelo gestor do contrato, que poderá ser auxiliado pelos fiscal técnico e fiscal administrativo.

16.1. À fiscalização competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da prestação do objeto deste contrato e de tudo dará ciência à Contratada, podendo sustar, recusar, mandar refazer ou fazer quaisquer serviços que estejam em desacordo com o objeto contratual.

16.2. A existência da fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive

resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica responsabilidade da Embrapa ou de seus empregados, conforme previsão do art. 47, § 2º da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017.

16.3. A Embrapa, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades Privadas sem fins Lucrativos), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013.

16.4. A Embrapa poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

16.5. A ausência de fiscalização por parte da Embrapa não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato;

16.6. A comunicação entre a fiscalização e a CONTRATADA será realizada através de correspondência oficial ou por meio que garanta o registro do conteúdo e de seu recebimento;

16.6.1. A Contratada deverá confirmar o recebimento de e-mail, sempre que a comunicação se dê por esse meio.

16.7. A CONTRATADA deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atender prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas, ou, em caso de impossibilidade, justificar por escrito.

CLÁUSULA DEZESSETE – RECEBIMENTO DO OBJETO

17. A Embrapa efetuará o recebimento do objeto através do Gestor ou da Comissão de Recebimento, com o apoio do Fiscal do Contrato, observado o disposto no Anexo I (Termo de Referência) deste Contrato.

CLÁUSULA DEZOITO - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

18. O presente Contrato poderá ser extinto de acordo com as hipóteses previstas na legislação, e ainda:

I. Consensualmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada da Embrapa, mediante aviso prévio por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão, considerando os seguintes aspectos a serem justificados:

a) A Embrapa tenha interesse na extinção do contrato;

b) a rescisão não decorra de falha na execução do serviço;

c) Não exista mais interesse pelo serviço, na Embrapa;

II. em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações;

III. na ausência de liberação, por parte da Embrapa, de área, local, objeto ou documentos necessários à sua execução, nos prazos contratuais;

IV. em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da Embrapa, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

V. quando for decretada a falência da CONTRATADA;

VI. caso a CONTRATADA perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

VII. na hipótese de descumprimento do previsto na Cláusula de Cessão de Contrato ou de Crédito, Sucessão Contratual e Subcontratação;

VIII. caso a CONTRATADA seja declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal;

IX. caso a CONTRATADA seja impedida de contratar e licitar com a União, na forma do artigo 7º da Lei 10.520/2005;

X. em função da suspensão do direito de a CONTRATADA licitar ou contratar com a Embrapa;

XI. na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, cometido pela CONTRATADA no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

XII. em razão da dissolução da CONTRATADA;

XIII. quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato.

XIV. quando aplicada penalidade de Multa de mora e não houver o recolhimento do valor devido;

XV. quando as multas contratuais atingirem seus limites, na forma deste Contrato, sem que a contratada tenha retornado à regularidade do serviço ou à adequação do comportamento.

XVI. por determinação judicial.

XVII. Quando caso a Embrapa não disponha de orçamento suficiente para arcar com a manutenção do serviço, em razão de contingenciamento orçamentário.

18.1. Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

18.2. Os casos de extinção contratual convencionados no caput desta Cláusula deverão ser precedidos de notificação escrita à outra parte do Contrato, e de oportunidade de defesa, dispensada a necessidade de interpelação judicial.

CLÁUSULA DEZENOVE - DA VIGÊNCIA

19.1 O prazo de vigência deste contrato é de ____ (_____) meses com início na data da última assinatura aposta pelos representantes das partes, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 5 anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016.

19.2. A CONTRATADA deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do Gestor do Contrato, apresentar, por intermédio do seu Representante Legal, sua manifestação sobre a prorrogação do Contrato.

19.3. Independente da notificação do parágrafo anterior, a CONTRATADA deverá comunicar, ao Gestor Contratual, seu interesse quanto à prorrogação do contrato, em até 90 (noventa) dias antes do término de cada período de vigência contratual.

19.4. Caso a CONTRATADA se recuse a celebrar aditivo contratual de prorrogação, tendo antes manifestado sua intenção de prorrogar o Contrato ou deixado de manifestar seu propósito de não prorrogar no prazo estabelecido nesta Cláusula, ficará sujeito às penalidades previstas na Cláusula de Penalidades.

19.5. A formalização da prorrogação será efetuada por meio de Termo Aditivo.

19.6. A Contratada não tem direito à prorrogação deste Contrato, ficando, a critério da Embrapa, sua manutenção ou não, independentemente de justificativa;

CLÁUSULA VINTE – ACESSO E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20. As partes assumem o compromisso de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, relativos ao tratamento de dados pessoais, nos meios físicos e digitais, devendo, para tanto, adotar medidas corretas de segurança sob o aspecto técnico, jurídico e administrativo, e observar que:

I. Eventual tratamento de dados em razão do presente Contrato deverá ser realizado conforme os parâmetros previstos na legislação, especialmente na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, dentro de propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

II. O tratamento será limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades contratuais e, caso seja necessário, ao cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, sejam de ordem principal ou acessória, observando-se que, em caso de necessidade de coleta de dados pessoais, esta será realizada mediante prévia aprovação da Embrapa, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares, salvo nos casos em que a legislação dispense tal medida;

III. A CONTRATADA deverá seguir as instruções recebidas da Embrapa em relação ao tratamento de dados pessoais;

IV. A CONTRATADA se responsabilizará como “Controladora de dados” no caso do tratamento de dados para o cumprimento de suas obrigações legais ou regulatórias, devendo obedecer aos parâmetros previstos na legislação;

V. Os dados coletados somente poderão ser utilizados pelas partes, seus representantes, empregados e prestadores de serviços diretamente alocados na execução contratual, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins, sem a prévia autorização Embrapa, ou caso haja alguma ordem judicial, observando-se as medidas legalmente previstas para tanto;

VI. A CONTRATADA deve manter a confidencialidade dos dados pessoais obtidos em razão do presente contrato, devendo adotar as medidas técnicas e administrativas adequadas e necessárias, visando assegurar a proteção dos dados, nos termos do artigo 46 da LGPD, de modo a garantir um nível apropriado de segurança e a prevenção e mitigação de eventuais riscos;

VII. Os dados deverão ser armazenados de maneira segura pela CONTRATADA, que utilizará recursos de segurança da informação e tecnologia adequados, inclusive quanto a mecanismos de detecção e prevenção de ataques cibernéticos e incidentes de segurança da informação.

VIII. A CONTRATADA dará conhecimento formal para seus empregados e/ou prestadores de serviço acerca das disposições previstas nesta Cláusula e na Cláusula de Sigilo das Informações, responsabilizando-se por eventual uso indevido dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados.

IX. A Embrapa possui direito de regresso em face da CONTRATADA em razão de eventuais danos causados por este em decorrência do descumprimento das responsabilidades e obrigações previstas no âmbito deste contrato e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

X. A CONTRATADA deverá disponibilizar ao titular do dado um canal ou sistema em que seja garantida consulta facilitada e gratuita sobre a forma, a duração do tratamento e a integralidade de seus dados pessoais.

XI. A CONTRATADA deverá informar imediatamente à Embrapa todas as solicitações recebidas em razão do exercício dos direitos pelo titular dos dados relacionados a este Contrato, seguindo as orientações fixadas pela Embrapa e pela legislação em vigor para o adequado endereçamento das demandas.

XII. A CONTRATADA deverá manter registro de todas as operações de tratamento de dados pessoais que realizar no âmbito do Contrato disponibilizando, sempre que solicitado pela Embrapa, as informações necessárias à produção do Relatório de Impacto de Dados Pessoais, disposto no artigo 5º, XVII, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

XIII. Qualquer incidente que implique em violação ou risco de violação ou vazamento de dados pessoais deverá ser prontamente comunicado à Embrapa, informando-se também todas as providências adotadas e os dados pessoais eventualmente afetados, cabendo à CONTRATADA disponibilizar as informações e documentos solicitados e colaborar com qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

XIV. Ao final da vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá eliminar de sua base de informações todo e qualquer dado pessoal que tenha tido acesso em razão da execução do objeto contratado, salvo quando tenha que manter a informação para o cumprimento de obrigação legal.

20.1. As Partes reconhecem que, se durante a execução do Contrato armazenarem, coletarem, tratarem ou de qualquer outra forma processarem dados pessoais, no sentido dado pela legislação vigente aplicável, a Embrapa será considerada “Controladora de Dados”, e a CONTRATADA “Operadora” ou “Processadora de Dados”, salvo nas situações expressas em contrário neste Contrato. Contudo, caso a CONTRATADA descumpra as obrigações prevista na legislação de proteção de dados ou as instruções da Embrapa, será equiparada a “Controladora de Dados”, inclusive para fins de sua responsabilização por eventuais danos causados.

20.2. Caso a CONTRATADA disponibilize dados de terceiros, além das obrigações no caput desta Cláusula, deve se responsabilizar por eventuais danos que a Embrapa venha a sofrer em decorrência de uso indevido de dados pessoais por parte da CONTRATADA, sempre que ficar comprovado que houve falha de segurança técnica e administrativa, descumprimento de regras previstas na legislação de proteção à privacidade e dados pessoais, e das orientações da Embrapa, sem prejuízo das penalidades deste contrato.

20.3. A assinatura deste Contrato importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular, seja ele pessoa física direta ou indiretamente relacionada à CONTRATADA, inclusive sócios, representantes legais, empregados, contratados e/ou terceirizados, quando for o caso, dos dados pessoais que tenham se tornados públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pela Embrapa, na forma da Lei nº 13.709/2018. Poderão ser solicitados pela Embrapa dados pessoais adicionais a fim de viabilizar o cumprimento de obrigação legal.

20.4. Os representantes legais signatários do presente autorizam a divulgação dos dados pessoais expressamente contidos nos documentos decorrentes do procedimento de contratação, tais como nome, CPF, e-mail, telefone e cargo, para fins de publicidade das contratações administrativas no site institucional da Embrapa e em cumprimento à Lei nº 12.527/ 2011 (Lei de Acesso à Informação).

20.5. As partes comprometem-se a coletar o consentimento, quando necessário, conforme previsto na Lei no 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), bem como informar os titulares dos dados pessoais mencionados no presente instrumento, para as finalidades descritas no parágrafo acima.

CLÁUSULA VINTE E UM - DA SUBCONTRATAÇÃO

21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, sendo permitida a subcontratação de parcelas específicas do serviço, se assim dispor o Termo de Referência/Projeto Básico.

CLÁUSULA VINTE E DOIS – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

22. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

I. as alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato; e

II. é vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência (Anexo I deste Contrato).

22.1. todas as alterações contratuais deverão ser formalizadas por processo administrativo formal, no qual estarão contidas todas as justificativas técnicas e documentação comprobatória da necessidade de alteração do ajuste.

22.2. As alterações deste Contrato deverão ser formalizadas por Termo Aditivo.

CLÁUSULA VINTE E TRÊS – CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

23. É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão deste instrumento.

23.1. É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a CONTRATADA realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

I. aquiescência prévia da Embrapa, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

II. manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

23.2. Caso ocorra a sucessão contratual admitida no subitem anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

23.3. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VINTE E QUATRO – DO NEPOTISMO

24. É vedada a prestação dos serviços ora contratados por familiar de empregado da Embrapa que exerça cargo em comissão ou função de confiança de qualquer natureza.

24.1. Entende-se por familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA VINTE E CINCO – DA DENÚNCIA

25. Independentemente de justo motivo, a Embrapa poderá dar por findo o presente contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de no mínimo 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA VINTE E SEIS - DA PUBLICAÇÃO

26. O extrato deste Contrato será levado à publicação no Diário Oficial da União, pela Embrapa, na forma do § 2º do artigo 51 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

CLÁUSULA VINTE E SETE – DISPOSIÇÕES FINAIS

27. Este Contrato representa todo o acordo entre as partes com relação ao objeto nele previsto.

27.1. Integram o presente Contrato:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Proposta

Anexo III - Cronograma de Execução

Anexo IV - Matriz de Risco

27.2. A omissão ou tolerância quanto à exigência do estrito cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

CLÁUSULA VINTE E OITO - DO FORO

28. Para dirimir questões judiciais relacionadas a execução do presente ajuste fica fixada a Seção Judiciária Federal do _____.

28.1. E por assim estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para todos os fins de direito, na presença das duas testemunhas abaixo, que a tudo assistiram.

_____, _____ de _____

pela Embrapa pela Embrapa

Pela Contratada

TESTEMUNHAS:



Documento assinado eletronicamente por **Erica Moreira Torres, Gerente-Adjunto**, em 06/03/2026, às 17:05, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.sede.embrapa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **13283436** e o código CRC **84F52BC0**.